
APRESENTAÇÃO

Os Estudos Socioeconômicos do TCE-RJ analisam o desempenho de diferentes áreas sociais e de governo de cada município, fornecendo subsídios ao administrador público para que sejam adotadas melhores decisões no atendimento às necessidades da população. Servem, também, como referência para políticos, técnicos, pesquisadores, estudantes e todos os que tenham interesse em conhecer um município específico, uma determinada região do estado ou todo o seu conjunto.

O trabalho apresenta uma série de indicadores sobre demografia, meio ambiente, saneamento básico, educação, saúde, trabalho, renda, instrumentos de governança, economia e suas potencialidades, finanças municipais e outros temas. Os indicadores são necessários para a definição de prioridades, objetivos e programas a serem incluídos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nas alterações feitas por meio de créditos adicionais. De posse dessas informações, é possível ajustar os instrumentos de ação para alcançar melhores resultados.

Nestas páginas, apresentamos algumas análises feitas sobre a economia fluminense em 2006 e o desempenho de seus municípios nos últimos anos. Todas as estatísticas das finanças municipais apresentam elevado grau de dispersão e sugerimos que seja feita uma análise detalhada dos Estudos Socioeconômicos de cada município de interesse.

Ao final, elaboramos uma série de tabelas que resumem alguns indicadores de cada município, também disponíveis no portal do Tribunal de Contas do Estado, nas edições de 2001 a 2006 dos Estudos Socioeconômicos. Em virtude da relevância dos *royalties* para a grande maioria dos municípios fluminenses, e não apenas para aqueles sob influência direta da bacia de Campos, foi incluída uma sexta tabela referente a alguns indicadores financeiros desta rubrica de recursos.

Outra fonte de consulta indispensável para quem quer se manter atualizado é o Perfil Socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro, com atualizações trimestrais. O acesso é feito pela página www.tce.rj.gov.br, pela aba Documentos e Publicações: Economia Fluminense.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
ECONOMIA FLUMINENSE EM 2006	5
PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	5
COMPARAÇÕES INTER-REGIONAIS	7
INDÚSTRIA EXTRATIVA	8
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	9
COMÉRCIO VAREJISTA	13
ESTIMATIVA DO PIB DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	15
AGROPECUÁRIA	15
INDÚSTRIA	16
COMÉRCIO	16
CONSTRUÇÃO	17
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA.....	17
COMUNICAÇÕES	18
TRANSPORTES	18
SERVIÇOS.....	18
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	19
CONSOLIDAÇÃO DA ESTIMATIVA DO PIB	19
PIB PER CAPITA	21
PETRÓLEO E DERIVADOS.....	22
DESEMPENHO ECONÔMICO REGIONAL E LOCAL	23
FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES	37
INDICADOR DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO.....	41
INDICADOR DO COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE COM A MÁQUINA ADMINISTRATIVA.....	41
INDICADOR DA AUTONOMIA FINANCEIRA.....	42
INDICADOR DO ESFORÇO TRIBUTÁRIO PRÓPRIO	43
INDICADOR DA DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	46
INDICADOR DA CARGA TRIBUTÁRIA PER CAPITA	48
INDICADOR DO CUSTEIO PER CAPITA.....	48
INDICADOR DOS INVESTIMENTOS PER CAPITA	49
INDICADOR DO GRAU DE INVESTIMENTO	50
INDICADOR DA LIQUIDEZ CORRENTE	51

TABELA 1 - RECEITAS DE 2006 E SUA VARIAÇÃO NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS.....	52
TABELA 2 - DESPESAS DE 2006 E SUA VARIAÇÃO NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS.....	54
TABELA 3 - CARGA TRIBUTÁRIA <i>PER CAPITA</i> EM 2006.....	56
TABELA 4 - CUSTEIO <i>PER CAPITA</i> E COMPROMETIMENTO EM 2006	58
TABELA 5 - INVESTIMENTO <i>PER CAPITA</i> E GRAU DE INVESTIMENTO EM 2006.....	60
TABELA 6 – <i>ROYALTIES</i> E DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS EM 2006	62

ECONOMIA FLUMINENSE EM 2006

A medida síntese do desempenho de uma economia, o produto interno bruto, é calculada simultaneamente para todos os estados brasileiros pelo IBGE. Os resultados destes cálculos, entretanto, são divulgados com aproximadamente um ano e meio de defasagem. Desse modo, a estimativa oficial do PIB do Rio de Janeiro, bem como dos demais estados, referente ao ano de 2006, somente será conhecida no segundo semestre de 2008. Nesse meio tempo, recorrendo a indicadores de atividade já publicados, é possível antecipar, com razoável margem de acerto, a estimativa oficial.

Cálculos preliminares realizados pela FGV indicam que, em 2006, o PIB fluminense cresceu 3,59%, taxa quase três pontos de porcentagem inferior à estimada para 2005, de 6,42%. Boa parte da desaceleração se explica pelo crescimento mais lento da atividade de extração de petróleo e gás que, de acordo com o IBGE respondia, em 2004, por 28,2% de todos os bens e serviços produzidos no Estado do Rio de Janeiro. Com a desaceleração, a economia fluminense, em 2006, cresceu em linha com a brasileira, convergência pouco freqüente. Em valores monetários, o PIB do Estado do Rio de Janeiro, referente a 2006, foi estimado em R\$ 292.737 milhões, o equivalente a 12,6% do PIB nacional.

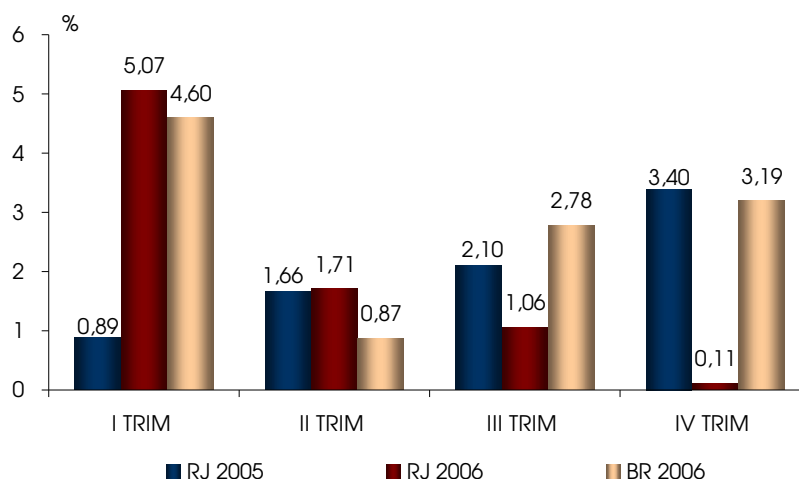
Nas próximas páginas serão apresentados e comentados os resultados de duas importantes atividades econômicas desenvolvidas no Estado: indústria (extrativa e de transformação) e comércio varejista. Somadas, as duas atividades correspondem à metade do PIB fluminense. Em seguida, serão reunidas e consolidadas informações disponíveis sobre a agricultura, serviços, administração pública e demais setores que formam a economia do Rio de Janeiro. Conjugadas, estas informações compõem a estimativa preliminar de 3,59% para o crescimento do PIB do Estado, em 2006. A participação de cada atividade no PIB é fornecida pelo IBGE, em seu site, na seção relativa a Contas Regionais. O último dado divulgado, usado nesta estimativa, se refere ao ano de 2004.

Produção Industrial

A indústria fluminense cresceu 1,91%, em 2006, na comparação com o ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Regional do IBGE. Em 2005, a indústria estadual havia crescido 2,03%. Embora os resultados anuais pouco diverjam, sendo a taxa de 2006 somente 0,12 ponto percentual inferior à de 2005, as trajetórias se opõem. Ao longo de 2005, como se vê no gráfico a seguir, as taxas apresentaram evolução crescente, passando de 0,89%, no primeiro trimestre, para 3,40%, no quarto, em relação a igual período do ano anterior. Em 2006, após alcançar 5,07%, nos três primeiros meses do ano, a expansão da atividade industrial cedeu e terminou o ano em 0,11%. A trajetória de desaceleração também contrasta

com o resultado da indústria em âmbito nacional, que, apesar de ter registrado recuo de 0,27 ponto percentual em relação a 2005, ganhou impulso durante o segundo semestre de 2006.

Produção industrial do Estado do Rio de Janeiro e Brasil

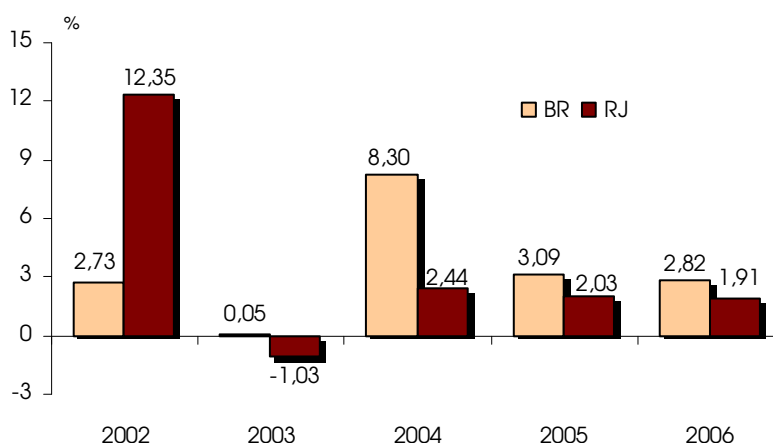


Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em relação a igual trimestre do ano anterior.

A taxa de crescimento da indústria fluminense, em 2006, de 1,91%, foi 0,91 ponto percentual inferior à média brasileira, de 2,82%. Este ordenamento, em que o Rio de Janeiro situa-se aquém da média nacional, repetiu-se pelo quarto ano consecutivo. Nesses quatro anos, enquanto a indústria do país como um todo cresceu 14,87%, a do Rio de Janeiro avançou 5,42%. O gráfico a seguir ilustra a comparação.

Indústria geral, Estado do Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior

A contribuição das atividades extrativa e de transformação corresponde à multiplicação entre a taxa de crescimento de cada uma e o peso que esta tem na formação da taxa final. Em 2006, o crescimento da indústria fluminense foi igualmente influenciado pelas duas atividades. A equivalência resulta do aumento quase cinco vezes maior do volume produzido pela indústria extrativa, combinado a um peso mais de quatro vezes menor, no contexto da Pesquisa Industrial Regional do IBGE.

Comparações Inter-regionais

O Rio de Janeiro apresentou desempenho industrial mais destacado que Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, ocupando a nona posição entre os 13 estados participantes da pesquisa. O Amazonas, que em 2005 havia liderado o crescimento industrial, registrou, em 2006, o desempenho mais fraco entre os 13 estados pesquisados, com taxa de -2,23%. A inversão se explica, predominantemente, pela retração de 12,79% na produção de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação, segmento que responde por fração expressiva da produção amazonense, mas tem escassa participação na estrutura industrial do Rio de Janeiro.

O Rio Grande do Sul e o Paraná também registraram taxas negativas de crescimento industrial em 2006: -1,98% e -1,59%, respectivamente. No primeiro Estado, a crise do agronegócio ainda se refletiu sobre o segmento de máquinas e equipamentos, cuja produção foi 16,28% inferior à de 2005. Adicionalmente, o complexo coureiro-calçadista, expoente da economia gaúcha, acusou recuo de 8,91% no volume manufaturado. No segundo Estado, a produção de veículos automotores sofreu redução de 20,48%. A economia catarinense, ao contrário dos estados vizinhos, registrou taxa positiva, mas inferior à fluminense. O fraco desempenho teve a influência contracionista dos setores madeireiro e de vestuário.

Os resultados da indústria do Rio de Janeiro, em 2006, foram inferiores aos dos outros três estados da região Sudeste, em particular o Espírito Santo, que cresceu 7,61%. Assim como a fluminense, a economia capixaba tem na atividade extrativa o seu principal vetor de crescimento. A diferença é que, enquanto no Rio de Janeiro a atividade é formada quase que exclusivamente por petróleo e gás natural, no Espírito Santo o foco é o minério de ferro. A indústria paulista, a mais diversificada do país, cresceu 3,19%, resultado de expansões em 17 das 20 atividades pesquisadas. Em termos de contribuição ao resultado final, cabe destacar a produção de máquinas para escritório e equipamentos de informática, com aumento de 48,54%, em relação a 2005. Em Minas Gerais, a taxa de 4,53% refletiu os aumentos de 8,81% na atividade extrativa e de 10,56% na produção de veículos automotores.

O Rio de Janeiro também não acompanhou os três estados da região Nordeste integrantes da pesquisa. Bahia, com crescimento de 3,18%, Pernambuco,

com 4,84%, e Ceará, 8,24%, tiraram proveito, respectivamente, do avanço da produção de celulose, açúcar e têxteis, os dois primeiros alavancados pelas exportações. Por fim, o estado que melhor desempenho demonstrou em 2006 e que, por isso, mais se distanciou do Rio de Janeiro, superando-o em 12,32 pontos percentuais, foi o Pará. A integração das atividades extrativas, onde se destacam tanto os minérios de ferro quanto os de metais não ferrosos, com a metalurgia do alumínio garantiu 12,25 pontos percentuais dos 14,23% de crescimento assinalados pela indústria paraense.

Produção industrial em estados selecionados

Locais	2005	2006	Aceleração (p.p.)	Diferença RJ (p.p.)*
BRASIL	3,09	2,82	-0,27	-0,91
Amazonas	11,78	-2,23	-14,01	4,14
Pará	3,81	14,23	10,43	-12,32
Ceará	-1,56	8,24	9,79	-6,33
Pernambuco	2,92	4,84	1,92	-2,93
Bahia	4,26	3,18	-1,08	-1,27
Minas Gerais	6,33	4,53	-1,80	-2,62
Espírito Santo	1,39	7,61	6,22	-5,70
Rio de Janeiro	2,03	1,91	-0,12	...
São Paulo	3,70	3,17	-0,52	-1,26
Paraná	1,33	-1,59	-2,92	3,50
Santa Catarina	0,04	0,23	0,19	1,68
Rio Grande do Sul	-3,55	-1,98	1,57	3,89
Goiás	3,23	2,41	-0,82	-0,50

Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior.

*Diferença entre a taxa de crescimento do Rio de Janeiro e a de cada estado.

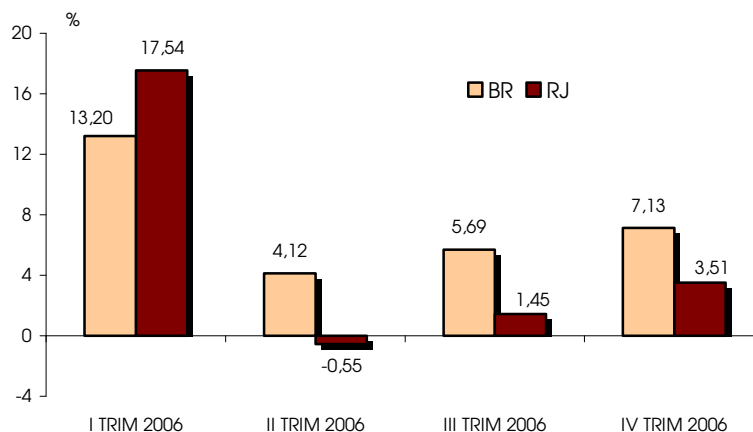
Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

Indústria Extrativa

Em 2006, a indústria extrativa fluminense, que praticamente se confunde com a extração de petróleo e gás natural, registrou expansão de 5,03%. A taxa é quase dez pontos percentuais inferior à de 2005, de 14,99%, indicando forte desaceleração. No primeiro trimestre do ano, a produção ainda conservou o dinamismo de 2005, crescendo 17,54%. Nos trimestres seguintes, por força de paralisações nem sempre previstas, a taxa reduziu-se drasticamente, ensaiando, de forma tímida, um princípio de recuperação durante os meses finais do ano. O gráfico a seguir compara a evolução da indústria extrativa no Rio de Janeiro e no país com um todo. Mesmo levando em conta a influência que o Estado exerce sobre a média nacional, fator que justifica a semelhança entre as duas seqüências, a mineração teve desempenho superior à extração de petróleo, como atestam os resultados já mencionados de Minas Gerais, Espírito Santo e Pará. Esta segunda componente da

atividade extrativa, mineração, explica porque as taxas nacionais foram superiores às estaduais.

Indicador de produção, indústria extrativa



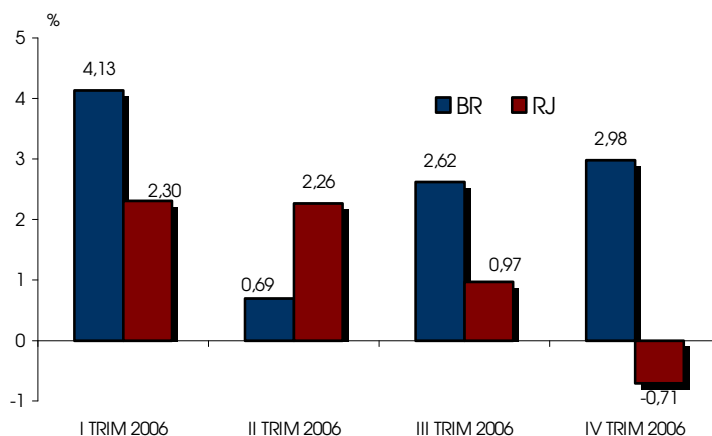
Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em relação a igual trimestre do ano anterior

Indústria de Transformação

A indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro registrou crescimento de 1,18% em 2006. A taxa superou a referente a 2005, de -0,62%. Como já ressaltado, entretanto, a trajetória ao longo dos trimestres foi de desaceleração, começando com 2,30%, no primeiro trimestre, e terminando com -0,71%, no quarto. O gráfico a seguir compara as trajetórias fluminense e nacional da indústria de transformação em 2006. Esta, ao contrário da primeira, reagiu no segundo semestre.

Indústria de transformação, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em relação a igual trimestre do ano anterior

Dos 12 setores componentes da indústria de transformação no Rio de Janeiro, apenas cinco registraram taxas positivas, contribuindo para o crescimento da produção manufatureira. No plano nacional, o crescimento, além de mais elevado, representado por uma taxa de 2,57%, resultou de uma difusão maior de expansões: 19 dos 26 setores cobertos pela pesquisa produziram mais em 2006 do que no ano anterior. A tabela a seguir apresenta as taxas de crescimento da indústria de transformação, segundo setores, e as respectivas contribuições para a formação do resultado geral, em âmbito nacional e para o Estado do Rio de Janeiro.

Produção da indústria de transformação, por setores, Brasil e Rio de Janeiro - 2006

Setores	Brasil		Rio de Janeiro	
	Taxa de crescimento (%)	Contribuição (p.p.)	Taxa de crescimento (%)	Contribuição (p.p.)
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2,57	2,57	1,18	1,18
Alimentos	1,81	0,23	11,04	1,03
Bebidas	7,08	0,23	5,10	0,39
Fumo	3,94	0,04	-	-
Têxtil	1,55	0,04	-7,44	-0,16
Vestuário e acessórios	-5,11	-0,07	-	-
Calçados e artigos de couro	-2,72	-0,04	-	-
Madeira	-6,85	-0,08	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	2,18	0,09	-	-
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,73	0,08	10,17	0,89
Refino de petróleo e álcool	1,62	0,12	-2,45	-0,41
Farmacêutica	4,39	0,16	5,10	0,50
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	1,96	0,03	-7,72	-0,18
Outros produtos químicos	-0,90	-0,06	1,99	0,18
Borracha e plástico	2,15	0,08	-2,05	-0,06
Minerais não metálicos	2,57	0,10	-0,25	-0,02
Metalurgia básica	2,84	0,17	-4,62	-0,67
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-1,28	-0,04	-	-
Máquinas e equipamentos	4,00	0,26	-	-
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	51,57	0,66	-	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8,71	0,25	-	-
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	0,00	0,00	-	-
Equip. de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	9,37	0,08	-	-
Veículos automotores	1,28	0,12	-4,13	-0,30
Outros equipamentos de transporte	2,10	0,03	-	-
Mobiliário	8,43	0,09	-	-
Diversos	-1,27	-0,01	-	-

Fonte: IBGE

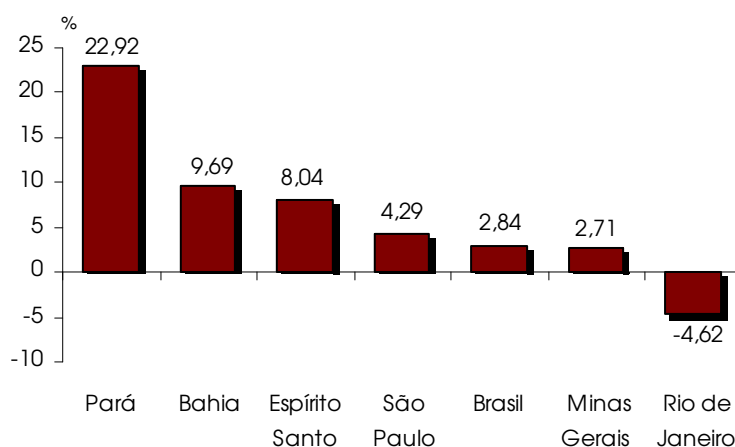
Dos cinco setores que se expandiram no Rio de Janeiro, responsáveis por pouco mais de metade do valor produzido pela indústria de transformação fluminense, quatro apresentaram taxas superiores a 5%. Destes, o que registrou a maior contribuição individual, bem como a maior taxa de crescimento, foi a indústria de alimentos. O percentual de expansão deste setor no Rio de Janeiro, de 11,04%,

superou por larga margem a média nacional, de 1,81%. Apesar do crescimento expressivo, a proporção ocupada pelo setor de alimentos fluminense na indústria do Estado é a mais baixa entre as 13 unidades da federação incluídas na pesquisa. No país, houve desempenhos ainda mais destacados que o da indústria de alimentos fluminense. No Pará, o setor cresceu 18,04% e no Espírito Santo, 12,53%. Em compensação, em Santa Catarina, onde o setor de alimentos é líder em participação na estrutura industrial, o resultado foi de -8,04%, reflexo das dificuldades enfrentadas pela avicultura e suinocultura em suas respectivas operações de exportação.

Dos demais quatro setores com taxas positivas de crescimento no Rio de Janeiro, três obtiveram aumentos mais expressivos do que as respectivas médias nacionais. Por ordem de contribuição ao resultado final aparecem: edição, impressão e reprodução de gravações, com crescimento de 10,17%, no Estado, ante 1,73% na média nacional; farmacêutica, com 5,10% contra 4,39% no país, e outros produtos químicos, com 1,99% contra -0,90%. Destas três, farmacêutica é aquela em que o Rio de Janeiro ocupa a posição de maior relevo no contexto nacional, atrás apenas das unidades sediadas em São Paulo que, em 2006, registraram crescimento de 3,14%. Destacou-se ainda no Rio de Janeiro a indústria de bebidas, que cresceu 5,10%, desempenho, todavia, superado pela média nacional, que registrou aumento de 7,08%.

Outros três setores, que somados representam pouco mais de um terço da indústria de transformação fluminense, apresentaram decréscimos em seus respectivos volumes de produção em 2006, ao mesmo tempo em que no plano nacional tais segmentos obtiveram resultados positivos. A queda que provocou a maior repercussão negativa sobre o resultado global da indústria foi a do setor de metalurgia básica. Este segmento, que compreende um leque amplo de produtos siderúrgicos, especialmente bobinas de aço e folhas de flandres, registrou variação de -4,62% no volume produzido em 2006. A média nacional foi de 2,84%. O gráfico a seguir compara o desempenho da metalurgia básica fluminense com os de outros cinco estados onde a atividade está instalada de forma representativa. Em todos, as taxas de crescimento superaram a do Rio de Janeiro, embora a comparação com Pará e Bahia seja menos pertinente pois nesses estados a atividade está voltada à metalurgia dos não ferrosos. A queda na produção fluminense pode ser em parte atribuída à paralisação de um alto forno da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), já reparado.

Metallurgia básica, produção em estados selecionados - 2006



Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em 2006, em relação a 2005

Seguem-se, pelo critério de magnitude do impacto negativo, o refino de petróleo e álcool e a fabricação de veículos automotores. No primeiro caso, de seis estados onde a atividade de refino ocupa um papel de peso na indústria local, quatro cresceram, com Minas Gerais e Bahia registrando taxas ao redor de 5%. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul assinalaram recuos semelhantes, de 2,45% e 2,76%. No segundo, comparando-se os mesmo estados, o Rio de Janeiro ocupou a quarta posição. Registraram quedas de maior dimensão as indústrias automotivas da Bahia, com 6,41% de retração, e do Paraná, com 20,48%. A tabela a seguir apresenta as taxas de crescimento do volume produzido pelos dois setores nos seis estados selecionados.

Refino de petróleo e álcool e veículos automotores, produção em estados selecionados - 2006

Estados	Taxas de crescimento 2006-2005(%)	
	Refino de petróleo e álcool	Veículos automotores
Brasil	1,62	1,28
Bahia	4,62	-6,41
Minas Gerais	5,33	10,56
Rio de Janeiro	-2,45	-4,13
São Paulo	1,73	3,5
Paraná	1,17	-20,48
Rio Grande do Sul	-2,76	7,07

Fonte: IBGE

A diferença entre os resultados nacional e estadual também se deve a atividades que não estão presentes no Rio de Janeiro, como se observa na tabela 16. Das 26 abrangidas pela pesquisa, 14 não têm representação no Rio de Janeiro. Destas, oito contribuíram para o crescimento da indústria nacional, das quais vale

destacar três: máquinas para escritório e equipamentos de informática, com taxa de 51,57%, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 8,71%, e máquinas e equipamentos, 4,00%. Os três setores reforçaram o desempenho da indústria de máquinas, contribuindo para a aceleração dos investimentos destinados ao aumento da capacidade produtiva do país.

Na indústria naval instalada no Rio de Janeiro, que não está representada no indicador conjuntural do IBGE, o emprego formal cresceu 0,9%, em 2006. O resultado contrasta fortemente com os de anos anteriores. Segundo o Ministério do Trabalho, depois de avançar a uma taxa média de 75% ao ano, de 2000 a 2003, fase em que o setor praticamente renasceu, o nível de emprego formal passou a se expandir entre 15% e 20% ao ano nos dois anos seguintes, praticamente estagnando-se em 2006.

Emprego formal na indústria naval do Estado do Rio de Janeiro

	Total	% Brasil	Crescimento (%)
2000	2.064	44,5	...
2003	11.010	76,5	75,7*
2004	12.755	75,3	15,8
2005	15.079	78,1	18,2
2006	15.208	75,4	0,9

Fonte: MTE
*Taxa anual média entre 2000 e 2003

Comércio Varejista

O comércio varejista, um dos destaques da economia brasileira, em 2006, registrou crescimento no volume de vendas de 6,08%, no Estado do Rio de Janeiro. A taxa é praticamente a mesma observada no conjunto do país, de 6,16%. No conceito de comércio varejista ampliado, que engloba outras duas atividades - veículos, motos, partes e peças e material para construção - o volume de vendas expandiu-se 5,98%, no Estado, e 6,45%, no país.

Na comparação com as outras unidades da federação, a taxa de crescimento do volume de vendas do comércio varejista do Rio de Janeiro ocupou a 17ª colocação, avançando cinco posições em relação a 2005. Na região Sudeste, o Rio de Janeiro superou São Paulo, por pouco mais de 0,30 ponto percentual, mas ficou atrás de Minas Gerais e Espírito Santo, ambos com taxas acima de 10%.

Taxas de crescimento do volume de vendas - comércio varejista, unidades da federação
%

	2005	2006
Brasil	4,84	6,16
Roraima	8,89	30,13
Acre	21,40	27,46
Amapá	5,26	23,58
Alagoas	16,05	18,73
Tocantins	33,17	18,72
Maranhão	23,03	17,49
Amazonas	20,18	13,65
Piauí	22,24	10,35
Espírito Santo	11,24	10,35
Minas Gerais	3,96	10,26
Bahia	7,06	9,67
Rio Grande do Norte	23,59	9,58
Ceará	16,06	9,57
Paraíba	28,51	7,48
Distrito Federal	12,80	6,42
Pernambuco	14,00	6,23
Rio de Janeiro	4,13	6,08
Goiás	16,55	5,93
São Paulo	2,31	5,75
Pará	12,28	5,74
Sergipe	28,24	4,83
Santa Catarina	4,26	4,76
Mato Grosso do Sul	7,32	4,24
Rondônia	11,06	3,97
Paraná	-0,97	2,92
Rio Grande do Sul	-2,10	1,05
Mato Grosso	2,73	-9,93

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Das oito atividades que compõem o indicador de volume de vendas do comércio varejista fluminense, cinco apresentaram crescimento. No plano nacional, foram sete as atividades em expansão. O resultado mais expressivo no Rio de Janeiro foi o do segmento de equipamentos para escritório, informática e comunicação, com 67,46% de aumento, após ter praticamente duplicado as vendas em 2005. A informatização das residências não é um fenômeno apenas fluminense. As taxas nacionais são bastante robustas, mas o ritmo com que o uso domiciliar dos computadores se dissemina no Estado é duas vezes maior do que na média do país. O Rio de Janeiro superou a marca nacional em outras três atividades: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, o carro chefe do comércio varejista; livros, jornais, revistas e papelaria; e outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Nos ramos de tecidos, vestuário e calçados; móveis e eletrodomésticos; e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, a redução das taxas de crescimento foi mais forte no Rio de Janeiro do que no conjunto das unidades da federação. A primeira e a terceira atividades chegaram a apresentar taxas negativas em 2006. O comércio varejista fluminense teve seu pior resultado setorial no ramo combustíveis e lubrificantes, cujas vendas se retraíram em 12,23%,

após queda de 13,96%, em 2005. Na média nacional, esta foi também a atividade com o pior desempenho: queda de 8,04%, que se seguiu à diminuição de 7,36%, em 2005.

Volume de vendas do comércio varejista no Estado do Rio de Janeiro

Atividades	Rio de Janeiro		Brasil	
	2005	2006	2005	2006
Combustíveis e Lubrificantes	-13,96	-12,23	-7,36	-8,04
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,61	7,93	3,08	7,55
Hipermercados e Supermercados	1,84	8,04	2,14	7,70
Tecidos, vestuário e calçados	5,82	-0,08	5,86	1,94
Móveis e Eletrodomésticos	9,84	3,61	16,02	10,25
Artigos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,20	-5,78	6,07	3,73
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,54	13,45	1,54	0,70
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	97,21	67,46	53,95	30,04
Outros Artigos de uso pessoal e doméstico	10,78	24,05	14,84	17,15
Comércio Varejista	4,13	6,08	4,84	6,16
Comércio Varejista Ampliado	---	5,98	---	6,45

Fonte: IBGE
Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior.

Estimativa do PIB do Estado do Rio de Janeiro

A presente estimativa do PIB do Estado do Rio de Janeiro resulta da média ponderada das taxas de crescimento de dez atividades: agropecuária, indústria extrativa, indústria de transformação, construção, serviços industriais de utilidade pública, comércio, comunicações, transportes, serviços e administração pública. Os pesos atribuídos a cada atividade são informados pelo IBGE, em sua publicação "Contas Regionais do Brasil". No cálculo relativo ao ano de 2006, são utilizados os pesos referentes a 2004, informação mais recente da série divulgada pelo IBGE. Para cada atividade componente do PIB é utilizado um indicador do volume físico de produção, descrito a seguir. Para a indústria e o comércio, são usadas as taxas de crescimento obtidas pelas respectivas pesquisas setoriais, comentadas anteriormente.

Agropecuária

A atividade agropecuária responde por 0,6% do PIB fluminense, a mais baixa contribuição à economia local entre todos os estados brasileiros. A fração agropecuária fluminense só é maior do que a do Distrito Federal. Para estimar o desempenho do setor na economia estadual, foram selecionadas seis culturas, com valores de produção que se destacam em relação às demais. O valor da produção, levantado pelo IBGE em sua Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), referente a 2004,

última informação disponível, é usado como peso para se obter um indicador consolidado da atividade agrícola fluminense. O desempenho de cada lavoura em 2006 é obtido da pesquisa Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, também do IBGE.

A lavoura canavieira, principal atividade agrícola desenvolvida no Estado, ao contrário do que se verificou nos principais pólos produtores, sofreu uma retração de 9,72% no volume colhido. Das outras cinco lavouras selecionadas para representar a atividade agropecuária fluminense, quatro apresentaram pequenas oscilações, para mais ou para menos, com impactos praticamente desprezíveis sobre o resultado do indicador. O quinto produto, mandioca, registrou queda de produção de 11,63%. Consideradas as taxas de crescimento e o peso relativo destas seis lavouras, chega-se a um resultado consolidado de -4,64%, que será usado para fins de estimativa do PIB fluminense de 2006.

Produção agrícola no Estado do Rio de Janeiro

Mil t

	2005	2006	Variação (%)	Peso (%)	Contribuição (p.p.)
Cana de Açúcar	7.554,0	6.836,1	-9,72	36,49	-3,55
Tomate	211,9	212,6	0,33	29,27	0,10
Mandioca	173,3	153,1	-11,63	10,16	-1,18
Banana	161,8	161,4	-0,24	11,51	-0,03
Café	15,9	15,9	-0,04	6,65	0,00
Laranja	68,9	69,1	0,33	5,92	0,02
Indicador			-4,64	100,00	-4,64

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Produção Agrícola Municipal - IBGE

Indústria

A atividade industrial, no contexto do cálculo do PIB fluminense, desdobra-se em duas: extrativa e de transformação. As duas serão representadas pelos respectivos indicadores de produção física, levantados pelo IBGE em sua Pesquisa Industrial Regional, comentada anteriormente. Em 2006, as taxas de variação relativas aos dois setores no Estado do Rio de Janeiro foram: 5,03% e 1,18%.

Comércio

A atividade comercial inclui varejo e atacado. Para efeito desta estimativa, dada a inexistência de informações regionalizadas acerca da parcela atacadista, usa-se apenas o indicador de volume de vendas do comércio varejista, cuja taxa de crescimento em 2006, no Rio de Janeiro, foi de 6,08%.

Construção

Em 2006, o valor adicionado pelo setor da construção registrou aumento real, isto é, sem a influência dos preços, de 4,6%, considerando-se o país como um todo. O resultado representou importante recuperação, após crescimento de apenas 1,2%, em 2005. Um dos fatores que explicam a melhora de desempenho do setor é a ampliação das operações de crédito habitacional, de 22,6%, nos 12 meses encerrados em dezembro de 2006, impulsionadas por aumento na renda das famílias e redução nas taxas de juros. Uma consequência do maior dinamismo da atividade foi a elevação do nível de emprego. Segundo o CAGED, do Ministério do Trabalho, o emprego formal na construção cresceu em 2006, em todo o território nacional, o equivalente a 7,84%. No Rio de Janeiro, o emprego formal elevou-se 13,56%. Outra indicação da boa fase que a construção atravessa é o consumo de cimento. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), o consumo do produto no Estado foi de 3.594.172 toneladas, com aumento de 12,02%, em relação a 2005. No plano nacional, verificou-se alta de 8,28%.

Para efeito de cálculo do PIB do Rio de Janeiro, será usado como indicador de crescimento do valor adicionado da construção a taxa de variação atribuída ao setor no PIB brasileiro, multiplicada pela razão entre as taxas de crescimento do emprego formal no Rio de Janeiro e no Brasil. Este procedimento pressupõe que a produtividade do trabalho seja a mesma, no Estado e no país, hipótese que se justifica pela disseminação de práticas semelhantes nas diversas regiões geográficas e amplo emprego de mão-de-obra pouco qualificada. Em termos numéricos, admite-se que cada ponto percentual de variação na mão-de-obra empregada leva à mesma variação do valor adicionado da construção no Rio de Janeiro e no Brasil. Vale dizer, a taxa estimada de crescimento da atividade no estado será de 8,33%.

Serviços Industriais de Utilidade Pública

Esta atividade, identificada pela sigla SIUP, terá seu desempenho, no Rio de Janeiro, representado pelo consumo dos seguintes itens: gás encanado, água e energia elétrica. O indicador resulta da média geométrica simples das três taxas de variação. A partir de dados da Fundação CIDE, apresentados na tabela a seguir, o valor adicionado deste setor no contexto fluminense registrou acréscimo de 2,8%, em 2006.

Consumo de energia elétrica, água e gás encanado no Rio de Janeiro

	2005	2006	Var %
Consumo de energia elétrica (Gwh)	31.566	31.538	-0,1
Consumo de água (mil m ³)	3.615.156	3.733.082	3,3
Consumo de gás encanado (mil m ³)	596.505	628.573	5,4

Fonte: Fundação CIDE

Comunicações

No cálculo do PIB, o setor de comunicações é tradicionalmente representado pelo número de pulsos telefônicos. Na ausência desta informação, optou-se por replicar para o Rio de Janeiro, a taxa de crescimento observada para o país, de 2,3%, segundo dados do IBGE.

Transportes

O indicador usado para se estimar o desempenho regional deste setor é o consumo de óleo diesel, uma vez que grande parte dos meios de transporte se utiliza deste combustível. Em 2006, segundo dados da ANP, as vendas de óleo diesel no Rio de Janeiro decresceram 6,85%, retrocedendo a níveis próximos aos de 2000. No plano nacional, também se verificou queda nas vendas, de 6,21%.

Vendas de óleo diesel, Rio de Janeiro e Brasil

Mil m³

Ano	Brasil		Rio de Janeiro	
	1.000 m3	% a.a.	1.000 m3	% a.a.
2002	37.668	1,74	2.253	3,45
2003	36.853	-2,16	2.185	-3,04
2004	39.219	6,42	2.139	-2,08
2005	39.137	-0,21	2.189	2,30
2006	36.708	-6,21	2.039	-6,85

Fonte: ANP

Serviços

O setor de serviços, na presente estimativa, compreende a intermediação financeira, as atividades imobiliárias e outros serviços, tais como alojamento e alimentação. O desempenho regional do setor é avaliado por meio da evolução do nível de emprego, combinado a um indicador de produtividade do trabalho. Em 2006, o nível de emprego formal no setor de serviços no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do CAGED do Ministério do Trabalho, elevou-se 3,93%, taxa um pouco inferior à do setor em termos nacionais, de 4,84%. Ao mesmo tempo, a taxa de crescimento do setor de serviços, no contexto do PIB brasileiro, segundo o IBGE, foi de 4,25%.

Combinando-se os percentuais de crescimento do valor adicionado e do emprego, obtém-se um coeficiente indicativo da evolução da produtividade do trabalho no setor. De acordo com este coeficiente, estimado com base nos parâmetros nacionais, cada ponto percentual de aumento no nível de emprego formal está associado a 0,88 ponto percentual de acréscimo da produção do setor de serviços. Considerando que o nível de produtividade do trabalho no setor de serviços é o mesmo no Estado e no país, como a taxa de crescimento do emprego

neste segmento, no Rio de Janeiro, em 2006, foi de 3,93%, obtém-se como indicador do avanço do valor adicionado setorial a taxa de 3,35%.

Administração Pública

Por convenção metodológica adotada pelo IBGE no cálculo das Contas Nacionais, as taxas de variação do conjunto de atividades exercidas pelas administrações públicas, antes estimadas pelo crescimento populacional, são agora avaliadas pelo nível de emprego. Dessa forma, usando dados do Ministério do Trabalho (CAGED) de 2006, considerou-se para este setor, que representa aproximadamente 17,1% do PIB regional, um crescimento de 3,36% no Rio de Janeiro.

Consolidação da estimativa do PIB

A tabela abaixo sintetiza as informações relativas a esta estimativa preliminar para o crescimento do PIB do Estado do Rio de Janeiro, em 2006. Na primeira coluna, aparecem as taxas de variação dos indicadores de cada uma das atividades componentes, relativas a 2006. Destacaram-se pelo bom desempenho a construção, o comércio e a indústria extrativa. Ao mesmo tempo, registraram perdas as atividades agropecuária e transportes. A segunda coluna relaciona os percentuais de participação de cada atividade no PIB. Estes dados, como já mencionado, são fornecidos pelo IBGE e referem-se a 2004. A indústria extrativa prosseguiu em franca expansão, tendo sua participação no PIB alcançado 28,2%. A terceira coluna combina multiplicativamente as informações das duas primeiras, apresentando, para cada atividade, a contribuição à formação da taxa de variação do PIB. Mais uma vez, evidencia-se o predomínio da indústria extrativa, responsável por quase a metade do crescimento da economia fluminense em 2006. Os serviços e a administração pública aparecem em seguida, com contribuições de 0,65 e 0,57 ponto percentual.

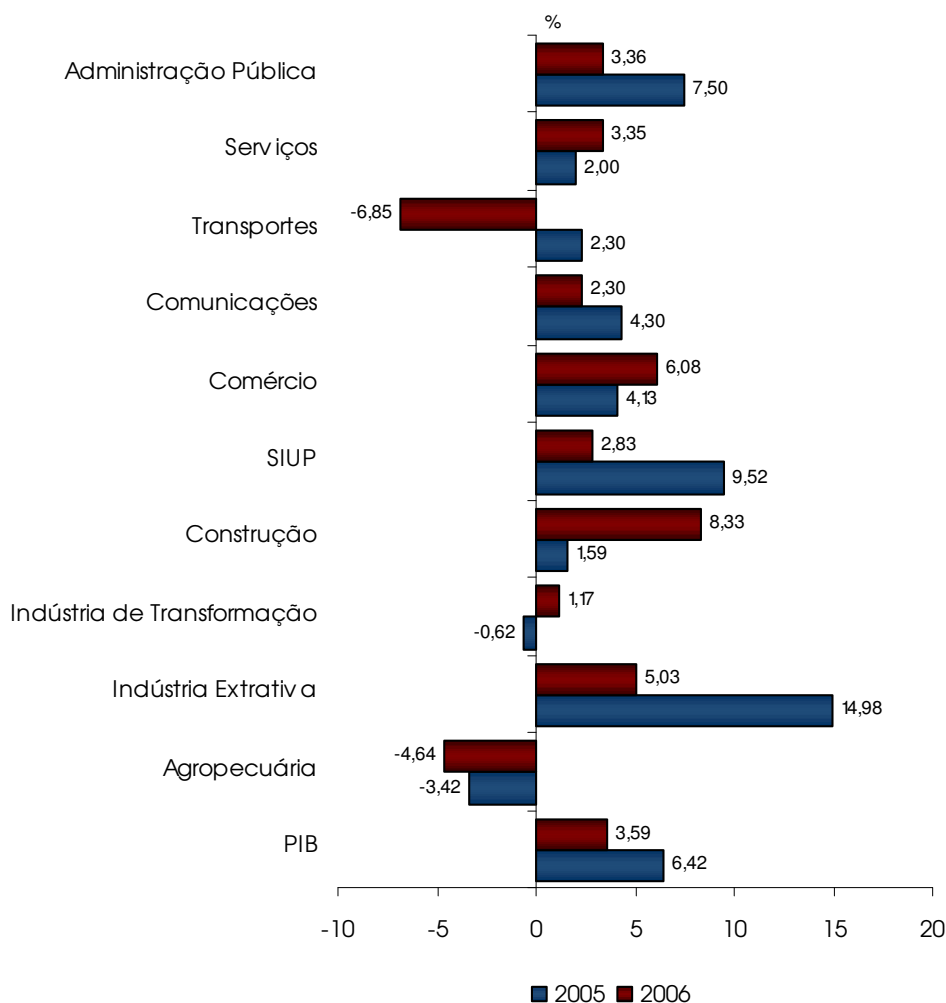
Síntese das contribuições setoriais ao crescimento do PIB fluminense - 2006

Setores	Taxa de Crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	-4,64	0,6	-0,03
Indústria Extrativa	5,03	28,2	1,42
Indústria de Transformação	1,17	17,3	0,20
Construção	8,33	5,8	0,48
SIUP	2,83	3,3	0,09
Comércio	6,08	4,6	0,28
Comunicações	2,3	1,9	0,04
Transportes	-6,85	1,8	-0,12
Serviços	3,35	19,4	0,65
Administração Pública	3,36	17,1	0,57
Total (PIB)	3,59	100	3,59

Fonte: IBGE, Ministério do Trabalho, ANP, Fundação CIDE.

A taxa de crescimento de 2006 foi quase três pontos percentuais inferior à de 2005, estimada em 6,42% ¹. A principal justificativa desta desaceleração foi o recuo da taxa de crescimento da indústria extrativa, de 14,98%, em 2005, para 5,03%, em 2006. Outro setor que contribuiu para a menor expansão foi a administração pública, cuja taxa de crescimento baixou de 7,50% para 3,36%. Estes recuos foram em parte compensados por acelerações nas atividades de construção, comércio e serviços. O gráfico a seguir compara as taxas de crescimento setoriais, em 2005 e 2006.

Taxas de crescimento das atividades componentes do PIB do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE, Ministério do Trabalho, ANP, Fundação CIDE

Os cálculos feitos para os anos de 2005 e 2006 podem ser encadeados aos dados divulgados pelo IBGE, referentes ao período que vai de 2001 a 2004, combinando-se as taxas de crescimento físico a deflatores setoriais do PIB nacional,

¹ A taxa de 2005 foi recalculada com base nas ponderações de 2004, sendo atualizada em relação à estimativa feita no início de 2006, com pesos de 2003. Houve ainda revisões nas taxas de crescimento das atividades serviços industriais de utilidade pública e administrações públicas, objeto do Relatório de Parecer Prévio das Contas de Governo de 2005.

ponderados de acordo com a estrutura da economia fluminense. Através deste encadeamento chega-se ao valor estimado para o PIB do Estado de Rio de Janeiro, em 2006: R\$ 292.737 milhões.

Produto Interno Bruto (PIB), Estado do Rio de Janeiro

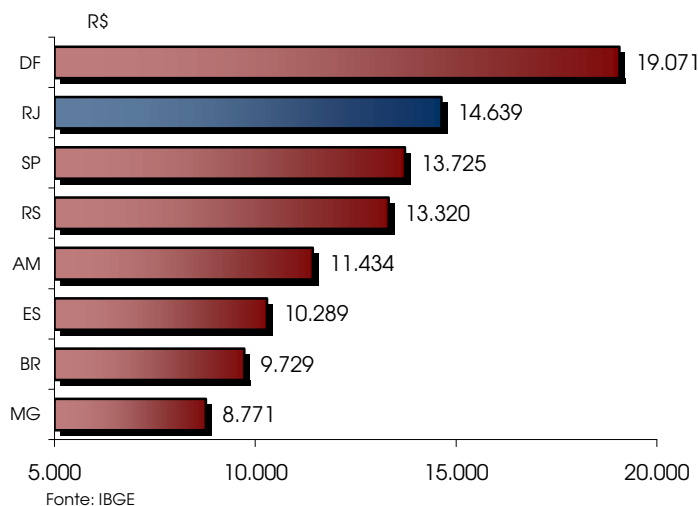
	Preços Correntes (R\$ Milhões)	Part. RJ/BR (%)	Taxa de Crescimento Real (%)
2001	148.033	12,3	1,23
2002	170.114	12,6	4,67
2003	190.384	12,2	-0,10
2004	222.564	12,6	1,87
2005*	259.283	12,1	6,42
2006*	292.737	12,6	3,59

Nota: * Dados estimados pela FGV
Fonte: IBGE (até 2004) e FGV (2005 e 2006).

PIB Per capita

Em 2004, último ano para o qual existem estimativas do IBGE, que permitem comparações interestaduais, o PIB *per capita* do Rio de Janeiro era o maior entre os estados, atrás apenas do Distrito Federal. Em comparação à média nacional, o PIB fluminense por habitante era 50,46% superior. A distância se ampliou: em 2001, era de 46,35%. Em relação a São Paulo, a superioridade era de 6,66%, desvio que também se elevou. Dividindo o valor do PIB estadual, estimado pela FGV, pela população residente de 15.561.720 habitantes, segundo o IBGE, chega-se à cifra de R\$ 18.811,35 para o PIB *per capita* do Estado do Rio de Janeiro, em 2006.

PIB per capita, Brasil e estados selecionados – 2004



Petróleo e Derivados

A produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, em 2006, apresentou crescimento de 5,6%, em relação ao ano de 2005, aumento similar ao apresentado pelos demais estados. Com isto, a participação fluminense sobre o total de petróleo extraído no país manteve-se em 84,2%. O desempenho ao longo de 2006 foi irregular, com taxas entre 16,1%, no primeiro trimestre, e 0,1%, no segundo. O ano terminou com a produção em rota de normalização, ainda que a uma taxa modesta, de 4,7%, no terceiro trimestre.

Produção de petróleo, Brasil e Rio de Janeiro

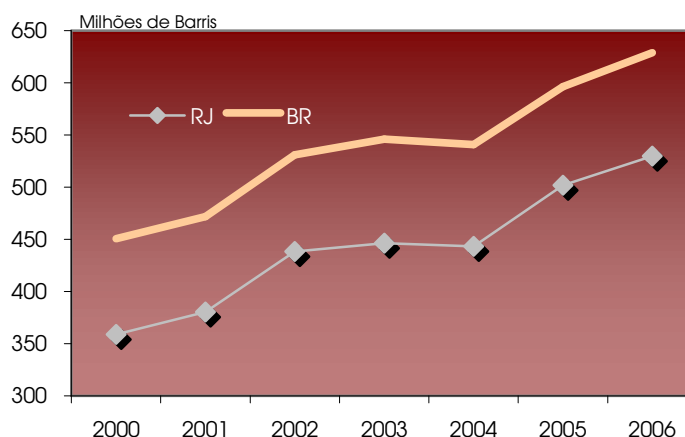
Barris

Trimestre	2005		Participação 2005 (%)	2006		Participação 2006 (%)	Variação 2006/2005 (%)	
	Brasil	Rio de Janeiro		Brasil	Rio de Janeiro		Brasil	Rio de Janeiro
1º	135.914.019	112.164.132	82,53	152.294.771	130.259.201	85,53	12,05	16,13
2º	153.600.514	129.946.169	84,60	155.222.695	130.043.789	83,78	1,06	0,08
3º	152.503.708	128.660.708	84,37	158.261.077	132.187.023	83,52	3,78	2,74
4º	154.236.383	131.000.594	84,93	163.018.865	137.137.228	84,12	5,69	4,68
Ano	596.254.624	501.771.603	84,15	628.797.408	529.627.242	84,23	5,46	5,55

Fonte: ANP

O gráfico a seguir mostra a evolução na produção de petróleo, entre 2000 e 2005. Observa-se que, em 2003 e 2004, a produção ficou praticamente estacionada, chegando a apresentar, em 2004, pequena queda² na comparação com 2003. O crescimento de 2005 devolveu à produção fluminense a dinâmica que havia se tornado característica da atividade, durante mais de 10 anos, mas o ritmo não se sustentou em 2006.

Produção de petróleo, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: ANP

² No Rio de Janeiro, a queda foi de 0,69% e no Brasil, de 0,98%.

Acompanhando a extração de petróleo, a produção de gás natural no Estado do Rio de Janeiro desacelerou-se, em 2006. A taxa de crescimento de 3,14% foi o resultado de forte expansão no primeiro trimestre, que ainda reproduziu o ritmo alcançado em 2005, seguida de taxas modestas e até negativas nos trimestres posteriores. O aumento da produção de gás natural, com vistas à auto-suficiência, tornou-se objetivo ainda mais estratégico, após a crise com a Bolívia, que em meados de 2006 nacionalizou investimentos brasileiros, desincentivando, pelo aumento da incerteza, novas inversões naquele país.

Produção de gás natural, Brasil e Rio de Janeiro

m³

Trimestre	2005		Participação 2005 (%)	2006		Participação 2006 (%)	Variação 2006/2005 (%)	
	Brasil	Rio de Janeiro		Brasil	Rio de Janeiro		Brasil	Rio de Janeiro
1º	4.251.938	1.795.827	42,24	4.268.713	2.051.691	48,06	0,39	14,25
2º	4.532.065	2.068.013	45,63	4.482.608	2.010.787	44,86	-1,09	-2,77
3º	4.446.082	2.003.208	45,06	4.499.019	2.036.594	45,27	1,19	1,67
4º	4.469.116	2.100.135	46,99	4.455.821	2.118.604	47,55	-0,30	0,88
Ano	17.699.201	7.967.183	45,01	17.706.161	8.217.676	46,41	0,04	3,14

Fonte: ANP

DESEMPENHO ECONÔMICO REGIONAL E LOCAL

Os números definitivos e abertos por município em 2006 somente estarão disponíveis no ano 2008, cabendo, portanto, analisar os dados do PIB estadual, regional e local entre 2000 e 2005 para manter o período de seis anos. Para as análises do desempenho da economia, serão utilizados dados da Fundação CIDE, que utiliza metodologia diversa daquela adotada pelo IBGE e pela FGV, apresentada anteriormente.

O PIB do Estado em 2005, a preços básicos, de acordo com a CIDE, foi de R\$263,8 bilhões, dos quais a Capital e a Bacia de Campos participaram com 63,4% do total.

A Capital do Estado, com PIB a preços básicos de R\$105,8 bilhões em 2005, liderou em todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária. O total dos setores da economia, antes da imputação de intermediação financeira, alcançou R\$270,8 bilhões em 2005, R\$63,0 bilhões somente na Bacia de Campos.

Na agropecuária, destacam-se, pela ordem: Campos dos Goytacazes, Sumidouro, Trajano de Moraes, Itaperuna, Barra do Piraí, São José do Vale do Rio Preto e Macaé. Este setor somou um produto de R\$1,1 bilhão.

Quanto à extração de outros minerais, o setor somou R\$138 milhões. O município do Rio de Janeiro tem 8 vezes a produção do segundo colocado, Quatis, seguidos por Itaguaí e São Francisco de Itabapoana. Em outro patamar estão Tanguá, Seropédica, São Gonçalo, Macaé, Italva e Cantagalo.

A indústria de transformação é mais presente na Capital, em Duque de Caxias e Volta Redonda. Porto Real, Resende, Barra Mansa, Belford Roxo e Niterói são outros municípios que têm mais de R\$ 1 bilhão de produção na indústria de transformação, que totalizou R\$50,3 bilhões.

O comércio é mais forte na Capital e em Duque de Caxias, seguidos de Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Campos dos Goytacazes. Os setores atacadista e varejista somaram R\$14,6 bilhões.

A construção civil tem a Capital 13 vezes maior que o segundo colocado: São Gonçalo. Duque de Caxias e Petrópolis são fortes produtores, seguidos de Mesquita, Niterói, São João de Meriti e Nilópolis. O setor alcançou R\$16,9 bilhões.

Nos serviços industriais de utilidade pública, a Capital é 3,5 vezes maior que Piraí, seguida por Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Carmo. No total, o produto deste setor somou R\$10,6 bilhões.

Nos transportes, cujo produto somou R\$10,8 bilhões, após a Capital seguem Macaé, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Volta Redonda, São Gonçalo e Itaguaí.

As comunicações apresentam destaque na Capital, 12 vezes maior que Niterói, seguido por Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Macaé, Petrópolis, Campos e São João de Meriti. Seu produto alcançou R\$9,3 bilhões em 2005.

Mais de oitenta por cento das instituições financeiras concentram sua produção na Capital, seguida por Niterói, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Volta Redonda, São Gonçalo, Macaé, Petrópolis e Nova Friburgo. Este setor somou um produto de R\$5,2 bilhões.

Quanto à Administração Pública, o setor somou R\$16,0 bilhões. Após a Capital, têm maior produção São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, seguidos de Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

Os aluguéis totalizaram R\$20,2 bilhões, tendo a Capital um produto oito vezes mais que os três seguintes, todos acima de R\$1 bilhão: São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Seguem Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

Em outros serviços, a Capital é 18 vezes mais forte que cada um dos três seguintes, com produto equivalente, casos de Macaé, Niterói e Duque de Caxias. Seguem Petrópolis, Volta Redonda, Itaguaí e Nova Iguaçu. O setor totalizou R\$52,6 bilhões.

Ao passarmos a análise para as regiões de Governo, devemos familiarizar o leitor com o mapa ilustrativo do Estado do Rio de Janeiro.



A Região da Costa Verde abrange os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty.

A Região do Médio Paraíba abrange Barra Mansa, Barra do Piraí, Itaiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

A Região Centro-Sul Fluminense contém os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras.

A Região Metropolitana é composta dos municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A Região Serrana é composta por Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Morais.

A Região das Baixadas Litorâneas abrange os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

A Região Noroeste Fluminense abrange de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai.

A Região Norte Fluminense contém os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

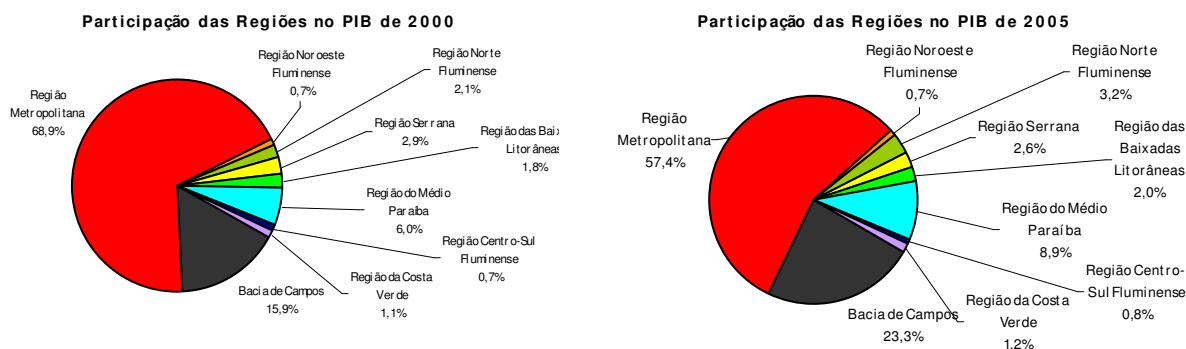
Dos 22 municípios com PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão em 2005, nove pertencem à Região Metropolitana (pela ordem: Capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita e Magé); dois à Região Norte (Macaé e Campos); três representam a Região Serrana (Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis); a Região das Baixadas Litorâneas é representada por Cabo Frio; a Região do Médio Paraíba traz cinco municípios (Volta Redonda, Porto Real, Resende, Barra Mansa e Piraí); e a Região da Costa Verde apresenta Angra dos Reis e Itaguaí.

Naquele mesmo ano, dez municípios tiveram PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão, sendo três da Região Metropolitana (Itaboraí, Nilópolis e Queimados); Itaperuna representa a Região Noroeste; Rio Bonito, Araruama e Maricá, a Região das Baixadas Litorâneas; Barra do Piraí e Itatiaia, o Médio Paraíba; e Três Rios, a Região Centro-Sul Fluminense.

Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB, encontravam-se 18 municípios: Seropédica, Japeri, Paracambi e Guapimirim da Região Metropolitana; Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana da Região Noroeste; Cantagalo e Carmo da Região Serrana; Rio das Ostras, Cachoeiras de Macacu, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu da Região das Baixadas Litorâneas; Valença do Médio Paraíba; Paraíba do Sul da Região Centro-Sul; Mangaratiba e Paraty da Região da Costa Verde.

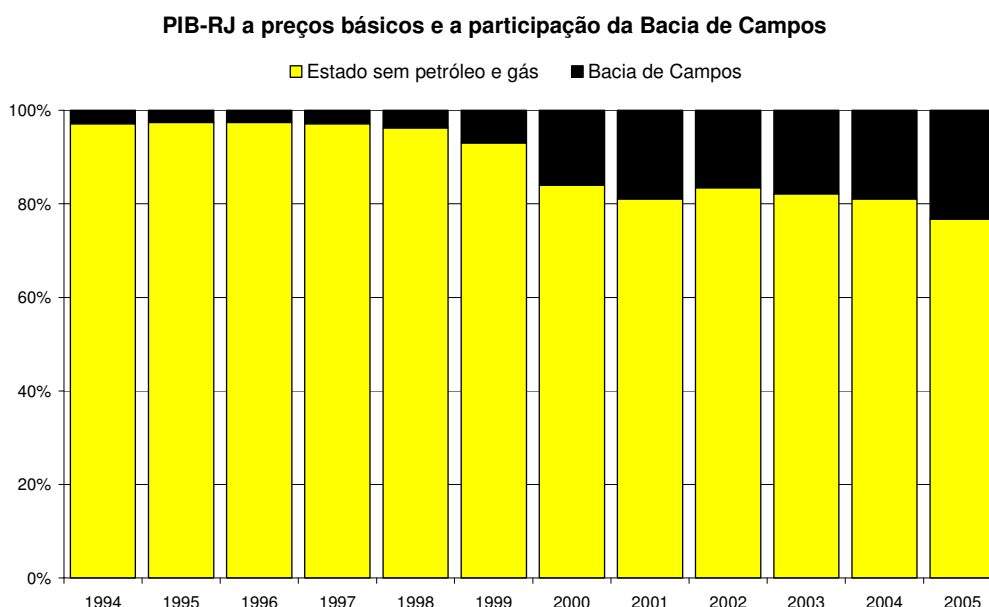
Entre R\$ 100 e R\$ 200 milhões havia 18 municípios; entre R\$ 50 e R\$ 100 milhões, 17; e sete produziram menos de R\$ 50 milhões.

Nos gráficos que seguem, podem ser verificados os desempenhos das diversas regiões do Estado, em 2000 e em 2005. É significativa a redução da participação da Região Metropolitana no período. Enquanto a variação total do PIB estadual foi de 81%, esta cresceu apenas 50%. A grande contribuição para tal diminuição foi o baixo crescimento da Capital, de 34% em seis anos, o que fez sua participação na economia estadual cair de 54% para 40% do total. Os demais municípios da Região Metropolitana, contudo, cresceram 103%, aumentando sua fatia de 15% para pouco mais de 17% do PIB estadual.



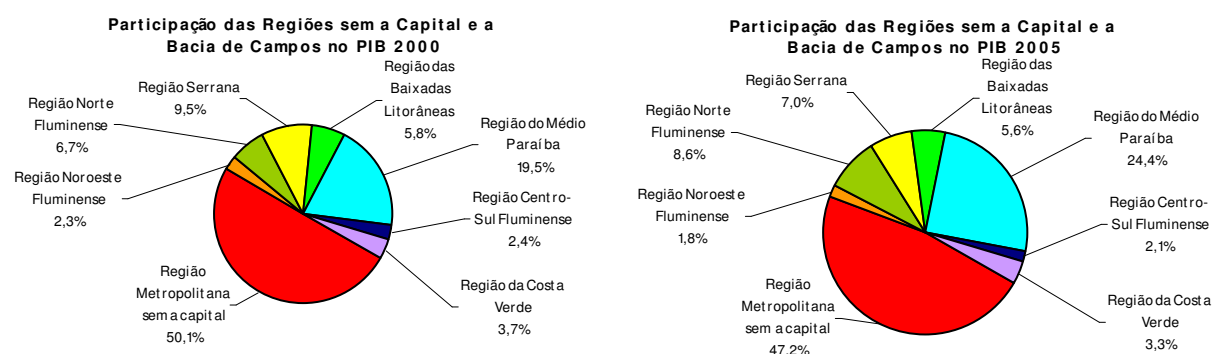
A região que mais cresceu no período foi a Norte Fluminense, com 176% de aumento nominal, seguida da Região do Médio Paraíba, com 169%, e da Região das Baixadas Litorâneas, com 107%. Abaixo dos 100% de crescimento, vêm as regiões da Costa Verde, com 92%, e a Centro-Sul Fluminense, com 89%. Mais modestos foram os crescimentos da Região Noroeste Fluminense, com 69%, e a Serrana, com apenas 58% de aumento.

Vale salientar que a taxa de crescimento total do Estado entre 2000 e 2005 alcançou a marca de 81% em virtude da grande contribuição da Bacia de Campos, que aumentou seu produto em 163%. Se excluirmos o valor adicionado pela extração de petróleo e gás, o crescimento do Rio de Janeiro terá sido de apenas 65% no período. A exploração das reservas de hidrocarbonetos começou a trazer maiores resultados a partir de 1998 e vem aumentando sua participação no PIB estadual, como demonstra o gráfico a seguir:



Para uma melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, depuramos nos gráficos a seguir as participações da Capital e da Baía de Campos, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos 91 municípios objeto deste estudo.

Do PIB a preços básicos de R\$146,1 bilhões em 2000, estes municípios participavam com 30,7% do total, um montante da ordem de R\$45 bilhões. Já para o PIB de 2005, sua participação nos R\$263,8 bilhões apurados pela Fundação CIDE foi de 36,6%, aproximadamente R\$97 bilhões.

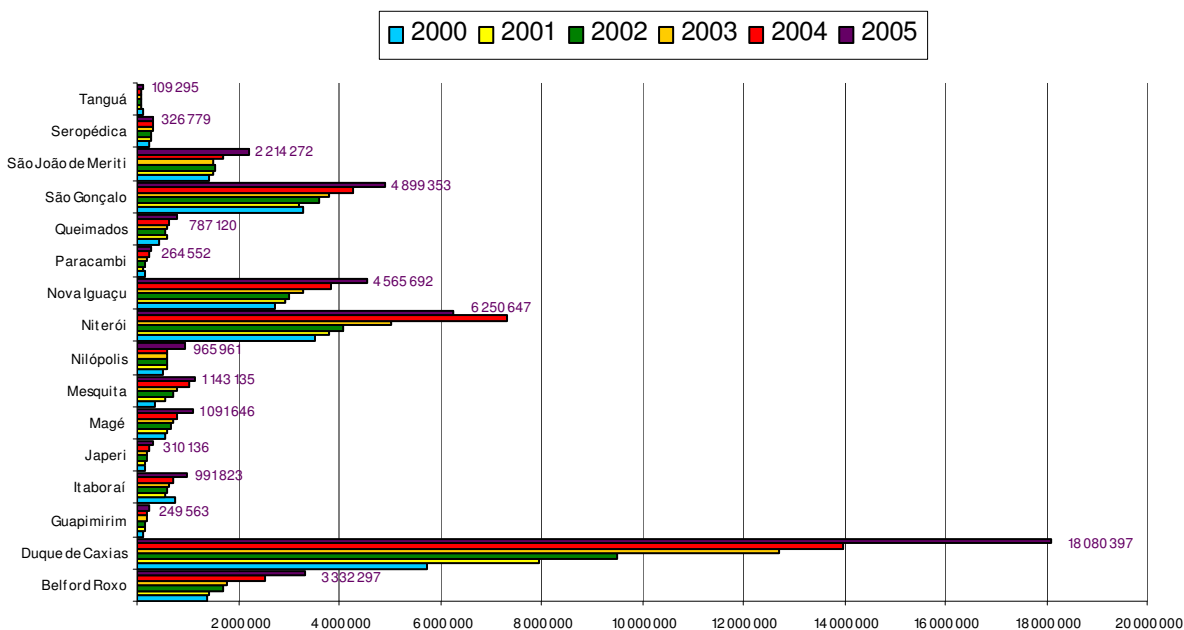


A Região do Médio Paraíba foi aquela que mais tomou espaço, já chegando a 24,4% do total. Também a Região Norte Fluminense cresceu sua fatia, que saltou para 8,8% do conjunto dos 91 municípios. Perderam participação todas as demais.

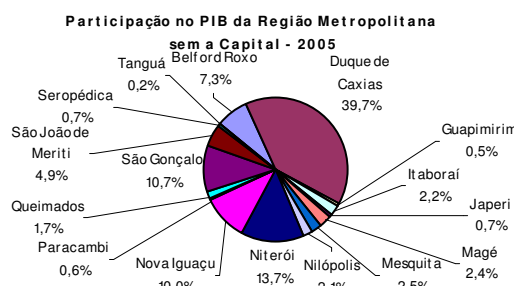
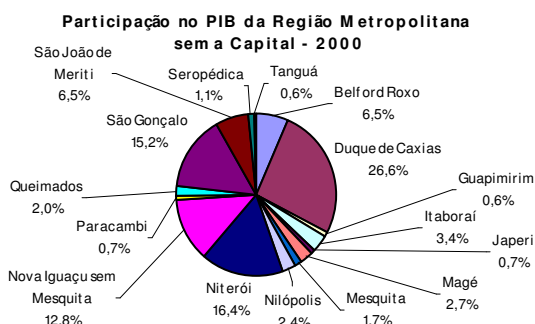
Faz-se necessário analisar as mudanças que ocorreram em cada região separadamente para que se tenha uma informação mais pormenorizada do desempenho de cada município, o que faremos a seguir.

Na Região Metropolitana, destacam-se os crescimentos de Mesquita e Duque de Caxias, na faixa dos 215%, de Belford Roxo e Japeri, acima dos 100%. Os demais tiveram crescimento menor e o município de Tanguá apresentou redução de 14% em seu PIB nominal.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

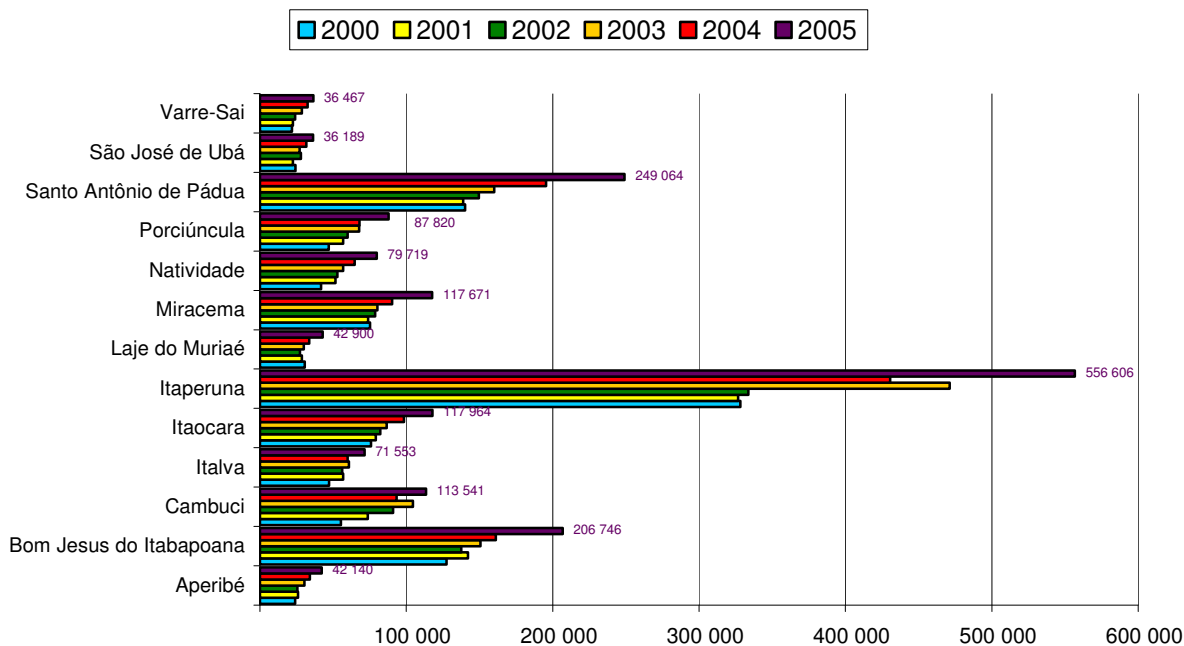


Tais resultados trazem mudanças expressivas nas participações dos municípios, como demonstram os gráficos comparativos de 2000 e 2005 abaixo:

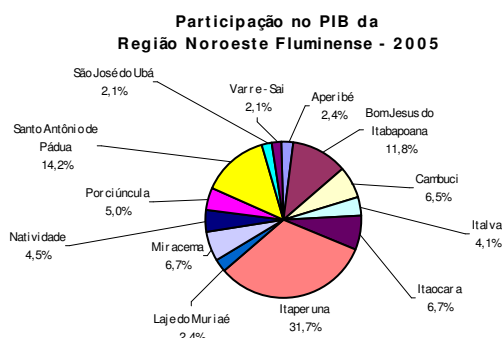
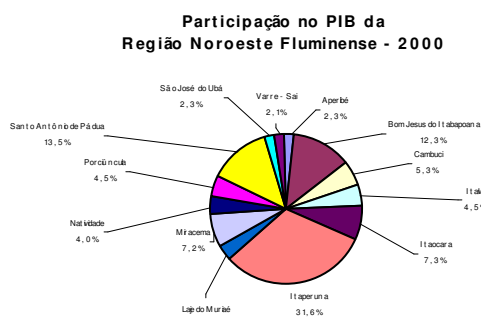


A Região Noroeste Fluminense dá destaque aos crescimentos de Cambuci (105%), Natividade e Porciúncula, na casa dos 90%. Na faixa dos 70% estão Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaperuna e Varre-Sai. Seguem Bom Jesus do Itabapoana, Miracema, Itaocara, Italva e São José de Ubá. O município de menor crescimento foi Laje do Muriaé, com 40%.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

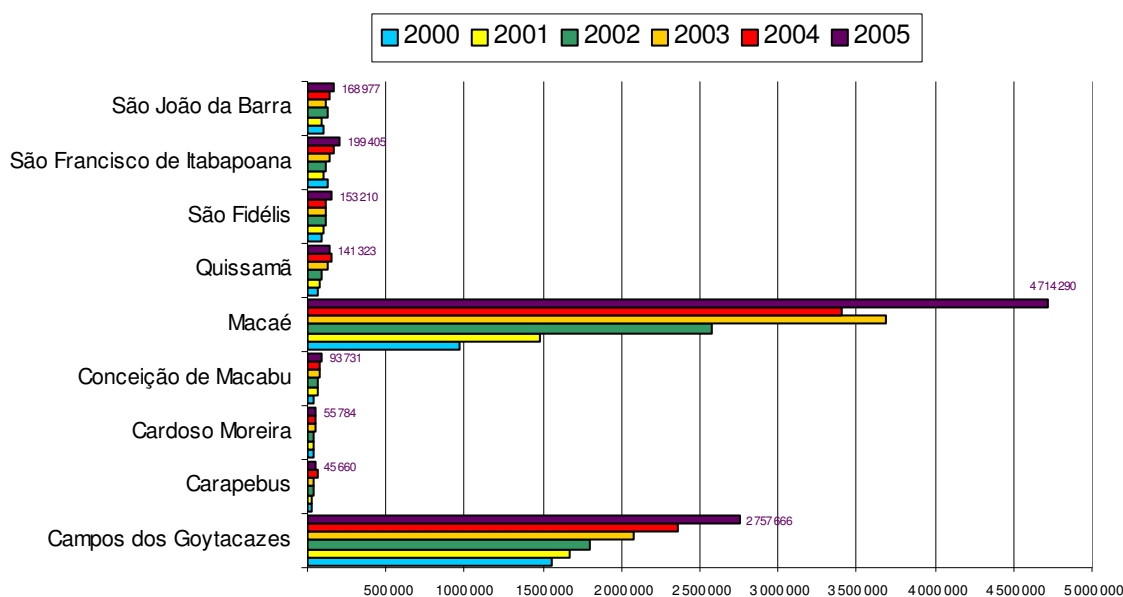


Tais desempenhos não trouxeram mudanças significativas nas participações dos municípios, como demonstram os gráficos a seguir:

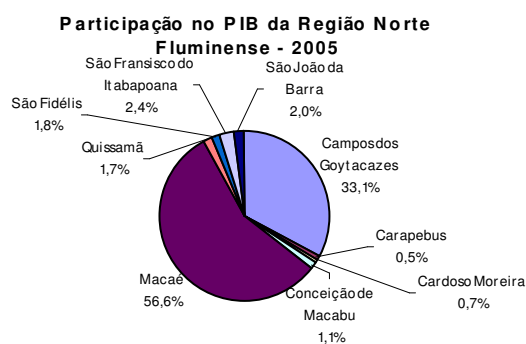
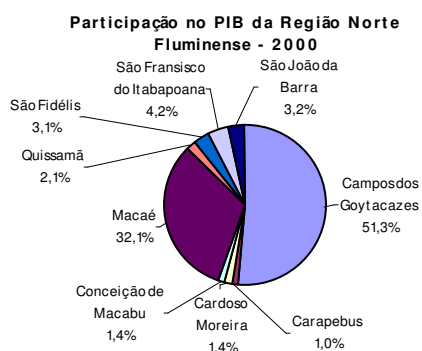


A Região Norte Fluminense teve em Macaé sua maior expressão de crescimento, 386%. Quissamã e Conceição de Macabu tiveram aumentos da ordem dos 120%. A antiga locomotiva regional, Campos dos Goytacazes, teve 78% de crescimento, mesma faixa de São João da Barra. Seguem São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e Carapebus. O município de menor crescimento foi Cardoso Moreira, com apenas 28% no período.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

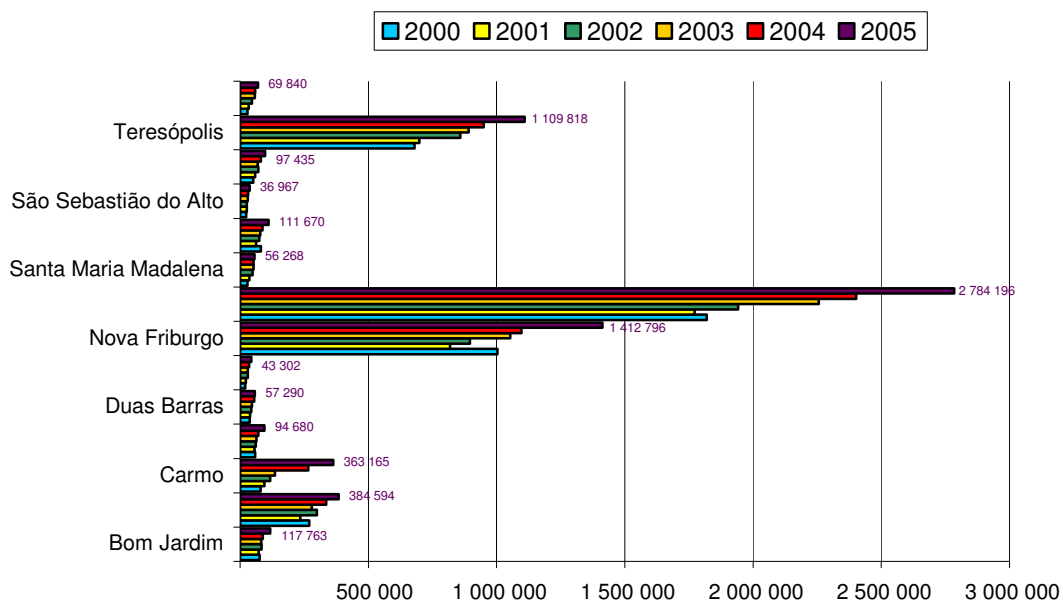


Tais resultados mudaram o perfil das participações dos municípios, como demonstram os gráficos comparativos:

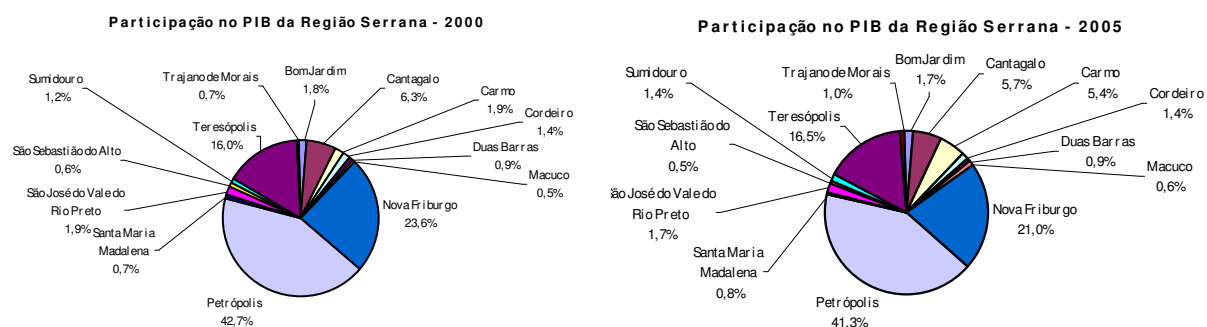


Na Região Serrana, o aumento da geração de energia elétrica contribuiu para o expressivo aumento de 354% de Carmo. Trajano de Moraes e Macuco cresceram mais de 120%. São José do Vale do Rio Preto ficou em último lugar, com aumento de apenas 37%. Os municípios-pólo de Petrópolis e Nova Friburgo cresceram 53% e 41%, respectivamente. Teresópolis teve melhor desempenho, com 63%.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

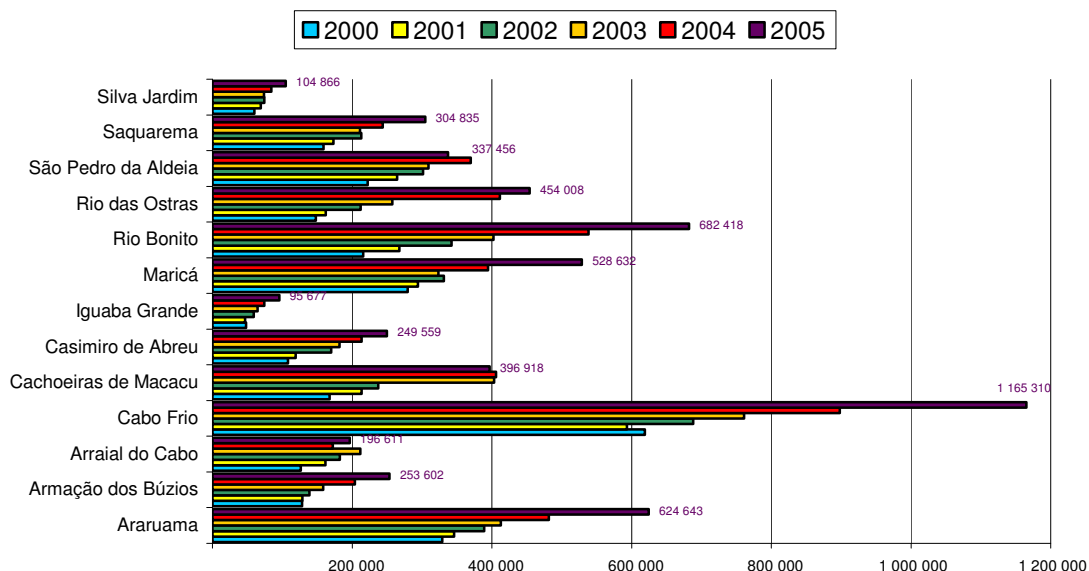


Esses desempenhos em pouco alteraram as participações dos municípios, como demonstram os gráficos comparativos abaixo:

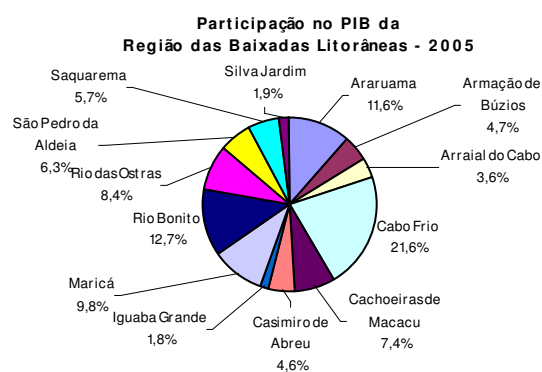
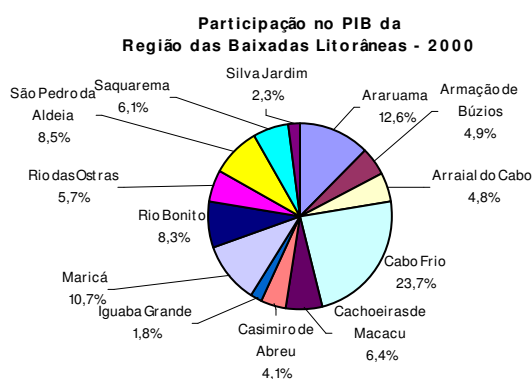


Já na Região das Baixadas Litorâneas, os maiores crescimentos foram os de Rio Bonito e Rio das Ostras, acima de 200%. Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu aumentaram mais de 130%. Cabo Frio, município-pólo regional, aumentou seu produto em 88% e São Pedro da Aldeia teve a menor taxa, 52%.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

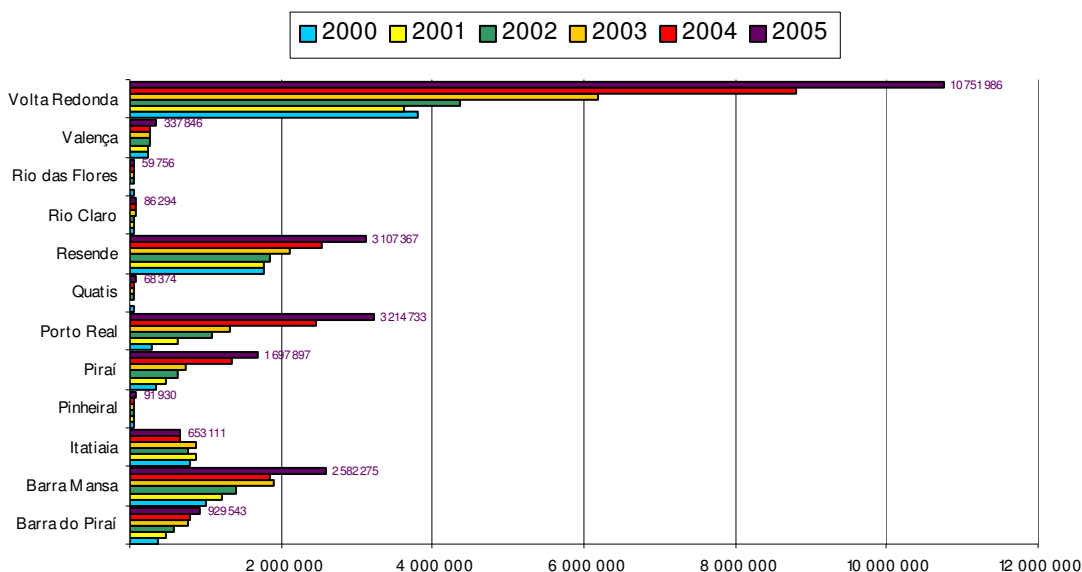


Tais resultados se refletem nas participações desses mesmos municípios, como demonstram os gráficos abaixo:

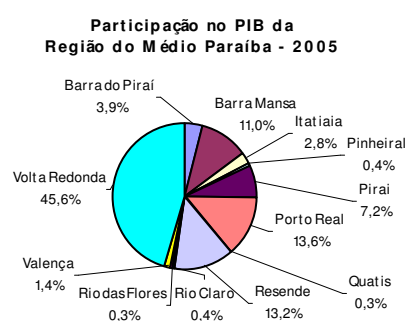
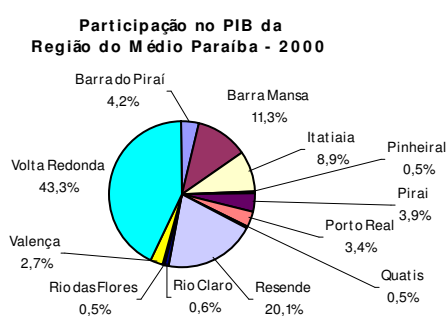


A Região do Médio Paraíba segue com Volta Redonda à frente, tendo crescido 183% no período. Porto Real teve um espantoso aumento de 980%, ultrapassando Resende, que cresceu 76%, e à frente também dos 396% de Pirai. Barra Mansa, Barra do Pirai e Pinheiral superaram os 100%, enquanto Itatiaia decresceu 6%.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

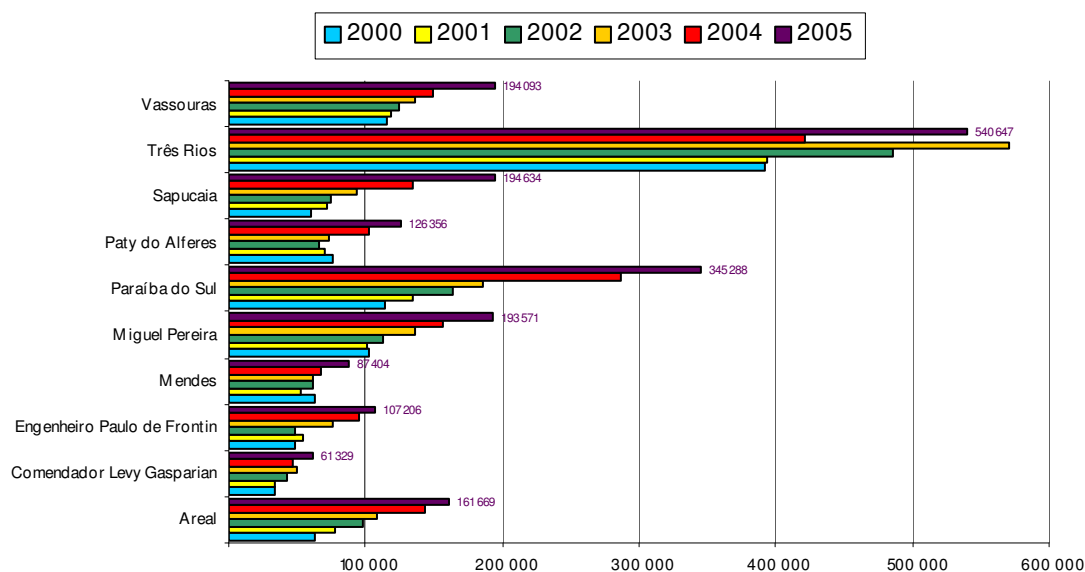


O crescimento de Porto Real e Volta Redonda resulta em uma redução de todos os demais municípios.



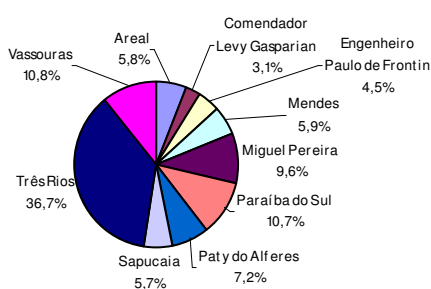
A Região Centro-Sul Fluminense teve seus crescimentos mais expressivos em Sapucaia e Paraíba do Sul, acima de 200%. Areal e Engenheiro Paulo de Frontin se expandiram acima dos 100%. O município-pólo de Três Rios foi o que menos cresceu: 38%.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

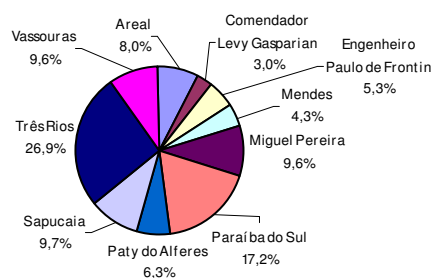


Mendes, Três Rios e Vassouras perderam muito de sua participação, cedendo espaço para Areal, Paraíba do Sul, Paty do Alferes e Sapucaia.

Participação no PIB da Região Centro-Sul Fluminense - 2000

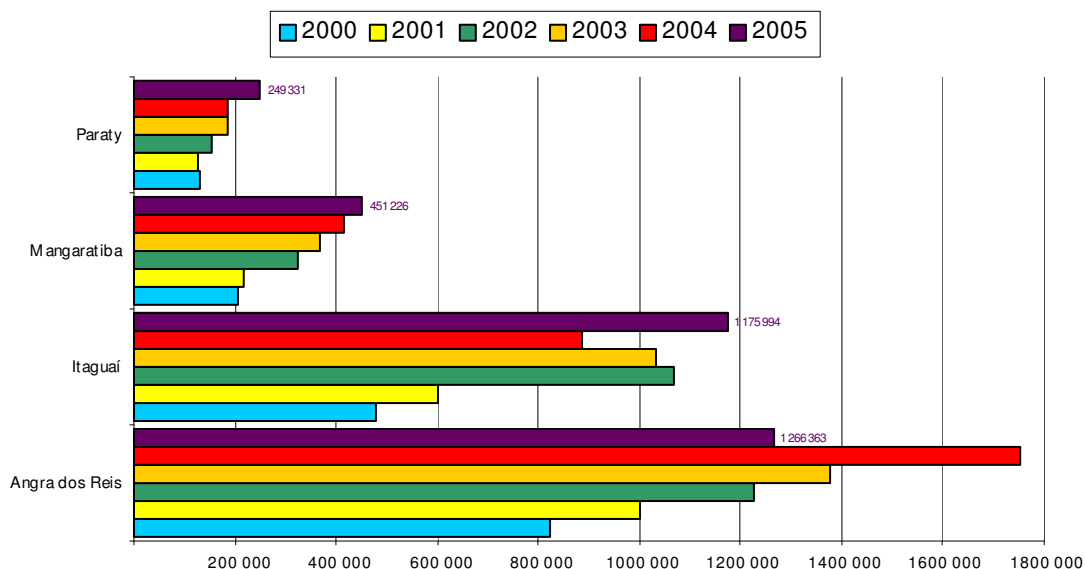


Participação no PIB da Região Centro-Sul Fluminense - 2005



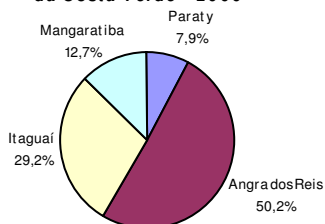
Finalmente, os bons resultados da Região da Costa Verde tiveram sua expressão maior em Itaguaí, com 105% de aumento no seu PIB, assim como Mangaratiba, com 117%. Angra dos Reis teve seu pico em 2004, crescendo apenas 54% em seis anos. Paraty ficou à frente, com 92% de crescimento.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

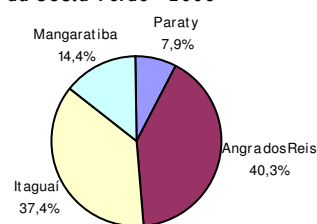


Itaguaí e Mangaratiba avançaram sobre a participação de Angra dos Reis, enquanto Paraty manteve a mesma posição, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

Participação no PIB da Região da Costa Verde - 2000

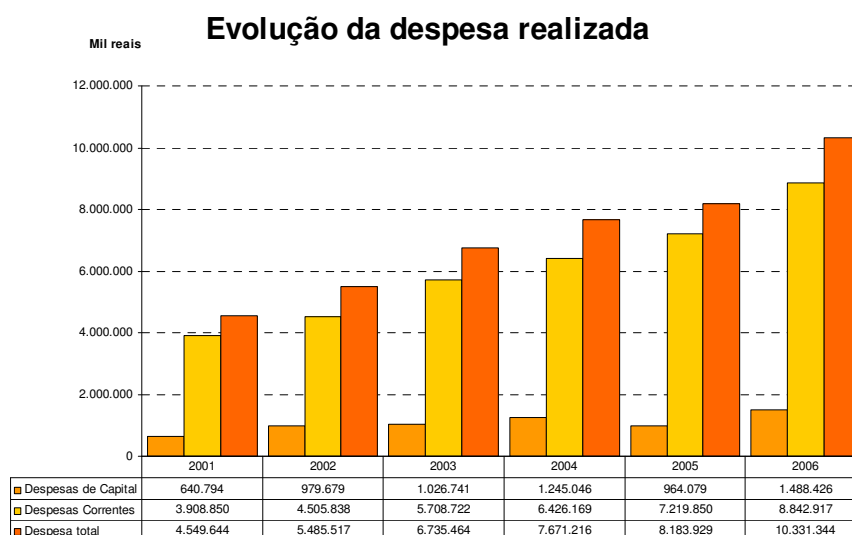
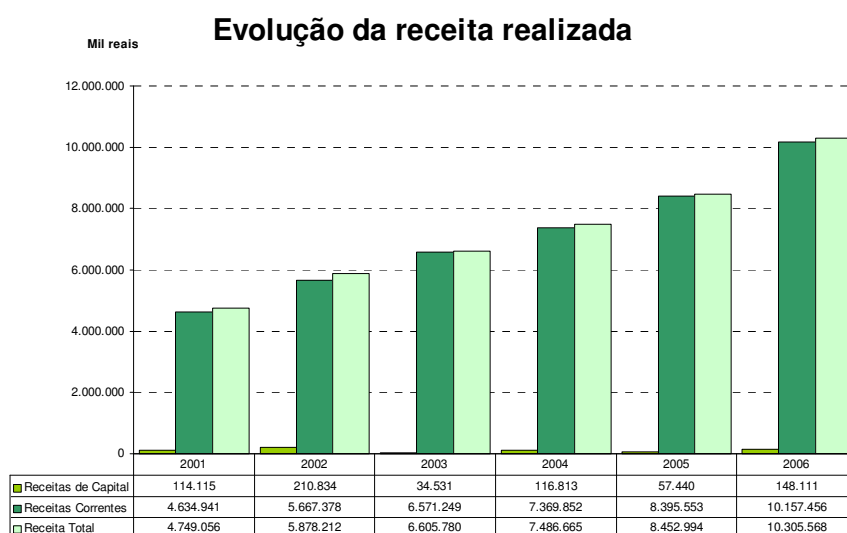


Participação no PIB da Região da Costa Verde - 2005



FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

O desempenho econômico-financeiro da administração direta do conjunto dos 91 municípios fluminenses é apresentado a seguir, com base em números fornecidos pelos próprios, seja diretamente, seja na prestação de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio³. A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2001 a 2005 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas são em valores correntes.



³ A administração direta pode não contemplar todas as receitas recebidas por outros órgãos municipais diretamente fundo a fundo ou via receita própria de entidades da administração indireta.

A receita realizada aumentou 117%, enquanto que a despesa cresceu 127% entre 2001 e 2006. Em 2006, foi ultrapassada a barreira dos R\$10 bilhões.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução:

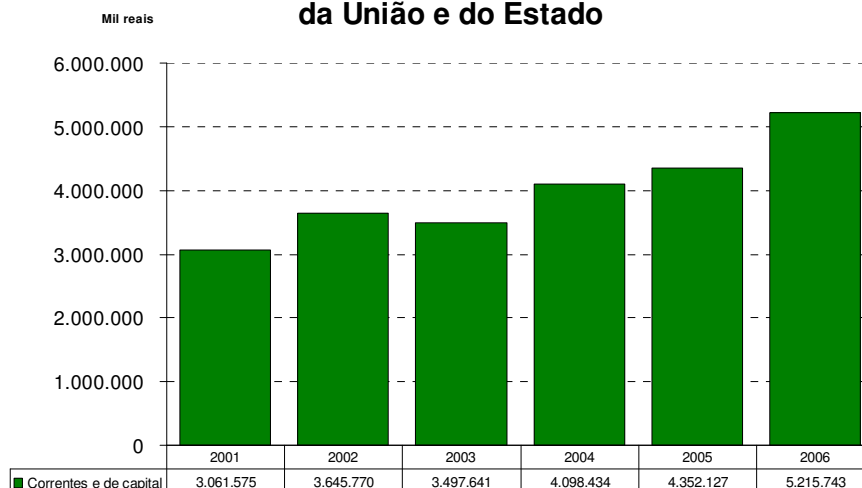


Sempre houve predominância das transferências correntes: de 63,7% em 2001, estas caíram para 50,0% em 2006. A receita tributária, que oscilou entre 14,2% e 15,5% nos anos anteriores, baixou para 13,5% em 2006.

Os royalties evoluíram de 15,5% para 27,4% da receita corrente dos municípios em seis anos, tornando-se a segunda maior fonte de receitas do conjunto dos municípios desde 2003. As transferências do Estado seguem sendo a maior delas.

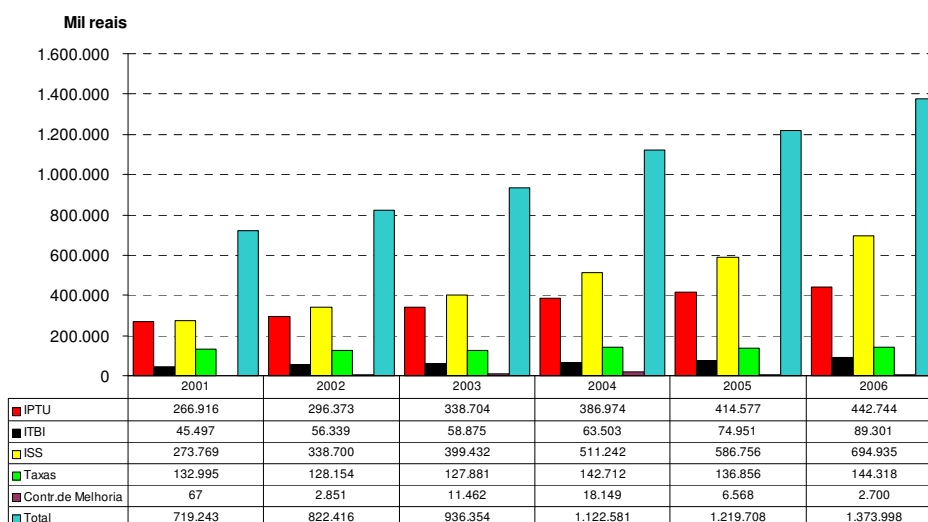
O montante transferido pela União e pelo Estado ao conjunto dos 91 municípios observou a seguinte evolução:

Evolução das transferências da União e do Estado



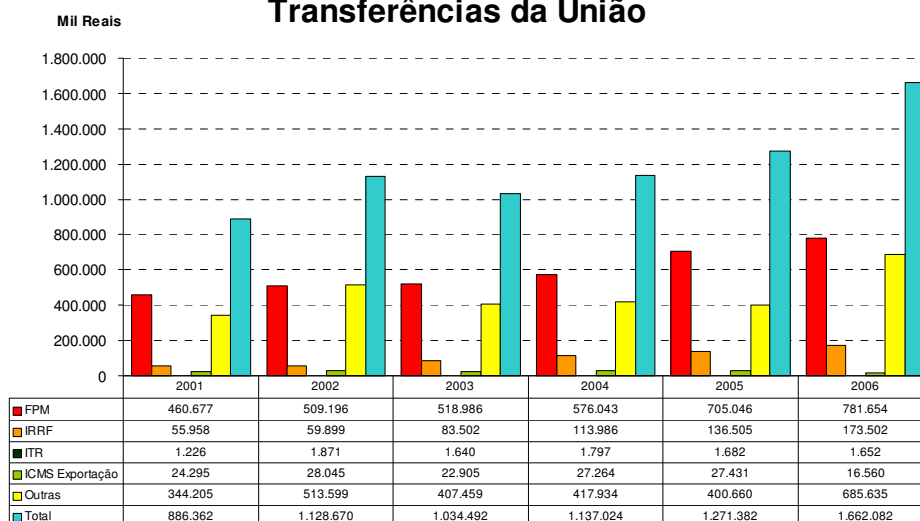
As transferências correntes e de capital da União e do Estado tiveram um aumento de 70% entre 2000 e 2005, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 91% no mesmo período.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias



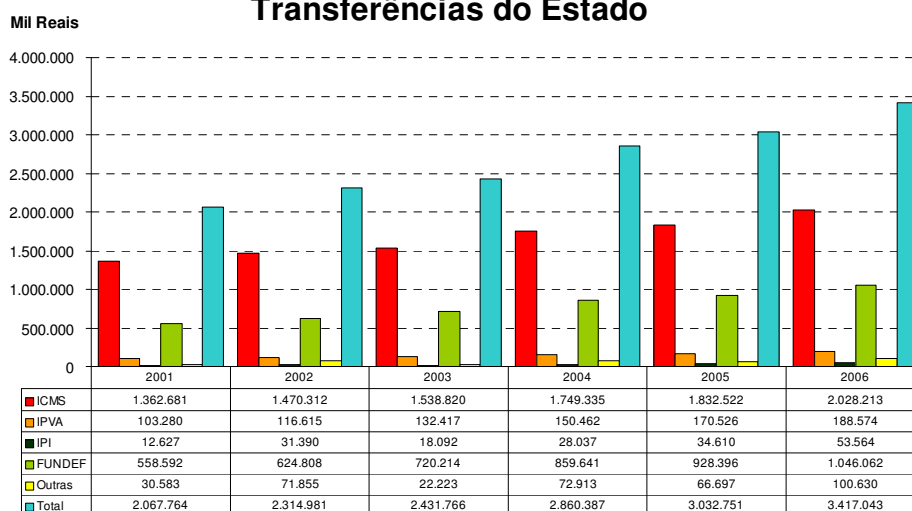
De acordo com o gráfico acima, a receita tributária teve aumento de 66% na arrecadação de IPTU, de 96% na receita de ITBI, de 154% no ISS e de 9% nas taxas. O pequeno aumento das taxas deveu-se à regularização das receitas de contribuição para iluminação pública, não são contabilizadas como receita tributária.

Evolução e Composição das Transferências da União



As transferências correntes da União⁴ cresceram 88% no período, com aumento de 70% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 65% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 49% no repasse do ICMS e o crescimento de 87% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

⁴ A partir de 2002, a receita de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas da administração direta municipal.

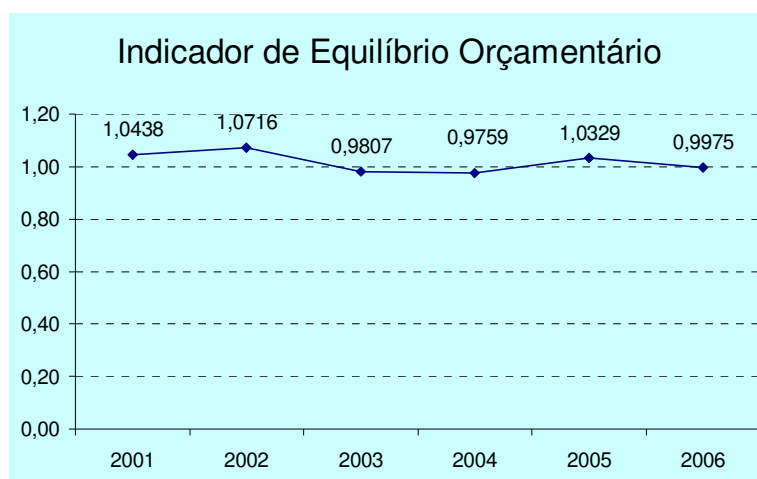
Indicador de equilíbrio orçamentário

$$\frac{\text{Receita realizada}}{\text{Despesa executada}}$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que, em 2006, há R\$ 99,75 para cada R\$ 100,00 de despesa executada. Quarenta e dois municípios apresentaram déficit orçamentário neste ano.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta a evolução do conjunto dos municípios, demonstrando equilíbrio orçamentário em três dos seis anos em análise.

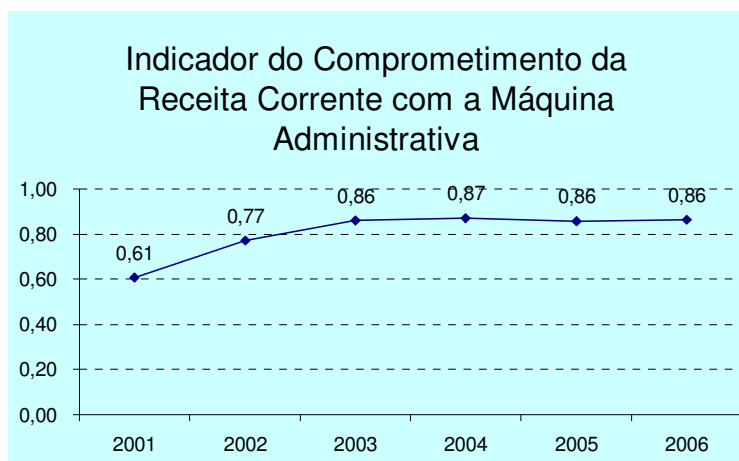


Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa

$$\frac{\text{Despesas de custeio}}{\text{Receitas correntes}}$$

Este indicador mede o nível de comprometimento dos municípios com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2000.



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 211% entre 2001 e 2006, enquanto que as receitas correntes cresceram 119% no mesmo período.

É importante salientar que, na composição das despesas correntes, as transferências correntes vinham apresentando forte crescimento entre 1999 e 2001, quando não mais puderam ser contabilizadas transferências intragovernamentais para entidades da administração indireta municipal, mais conhecidas como transferências operacionais. O resultado se reflete no aumento expressivo do indicador, uma vez que, a partir de 2002, tais transferências passaram a ser expressas como despesas de custeio.

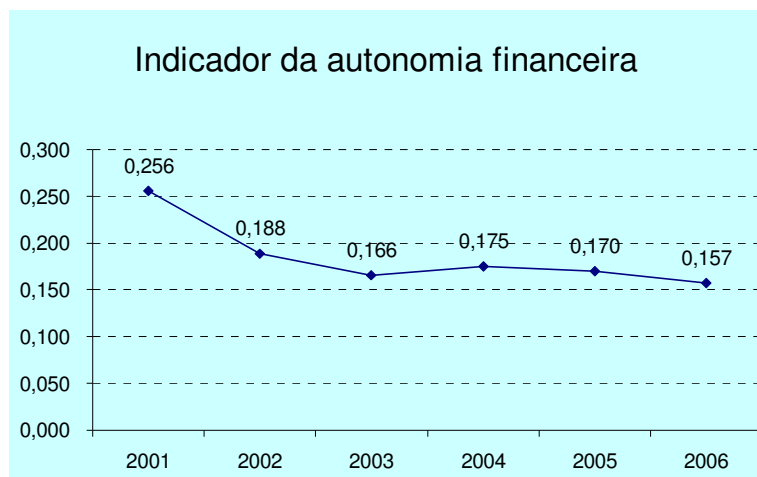
Indicador da autonomia financeira

Receita tributária própria

Despesas de custeio

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como pode-se constatar, o conjunto dos municípios apresentou uma autonomia de 15,7% no exercício de 2006. A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir. Itaguaí é o ente com maior autonomia financeira, com 39,6%. Um total de 26 municípios tem entre de 10% e 20%; outros 20 deles têm entre 5% e 10%; e 32 não atingem os 5%.



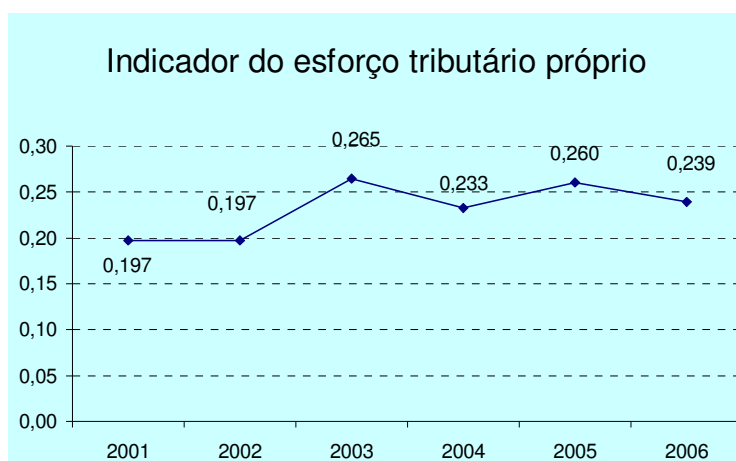
Houve redução da autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu 91% no período, contra 211% de aumento das despesas de custeio.

Indicador do esforço tributário próprio

$$\frac{\text{Receita tributária própria} + \text{Inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{Receita arrecadada}}$$

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o conjunto dos municípios realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

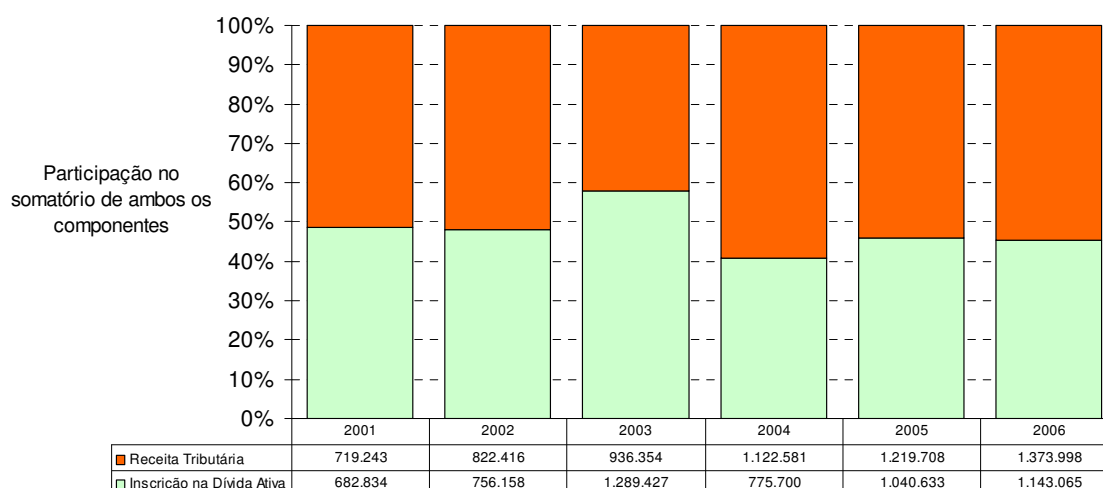
Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria correspondem a 23,9% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.



Um total de 72 municípios estão abaixo da média deste indicador e 25 municípios estão com menos de 5% no ano 2005. Não resta dúvida que a maior parte da capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se comparar, também, os valores inscritos em dívida ativa com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios⁵. Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

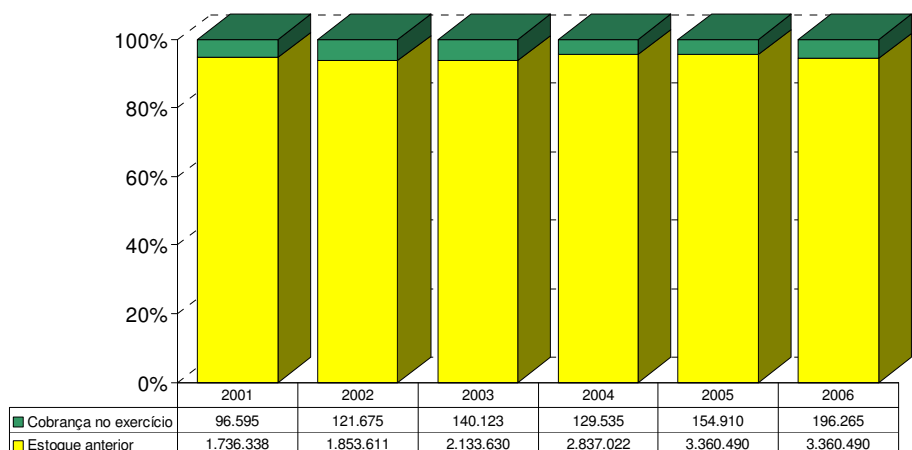
Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa



⁵ Gráficos seguintes com valores em milhares de reais.

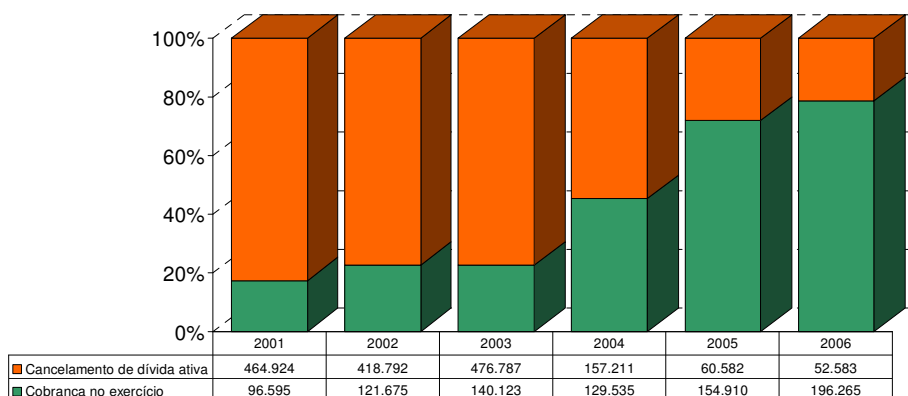
O gráfico a seguir apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa

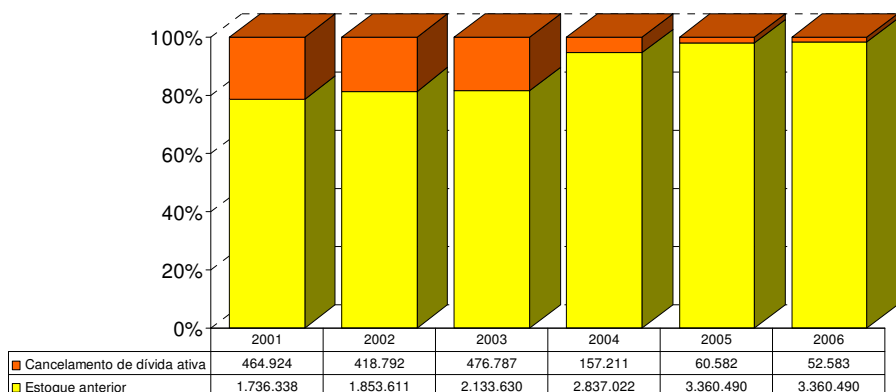


Cabe, ainda, salientar os valores cancelados, como demonstram os gráficos a seguir.

Evolução da Cobrança versus Cancelamento da Dívida Ativa



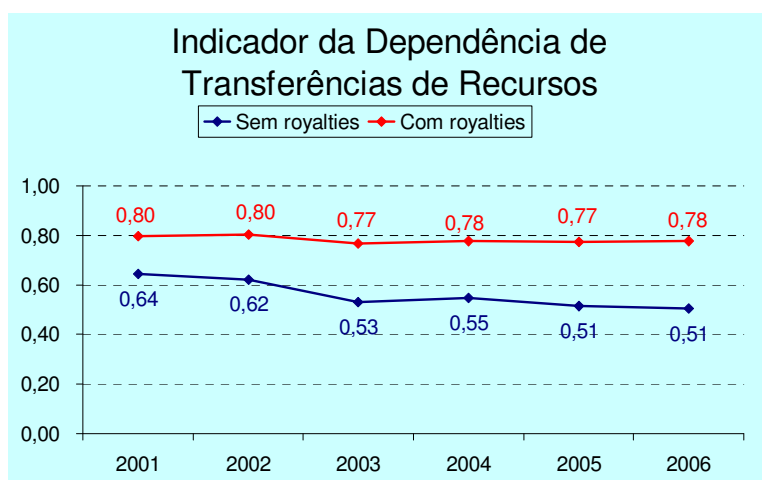
Evolução do Estoque versus Cancelamento da Dívida Ativa



Indicador da dependência de transferências de recursos

Transferências correntes e de Capital Receita realizada

A receita de transferências representa 51% do total da receita dos 91 municípios. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

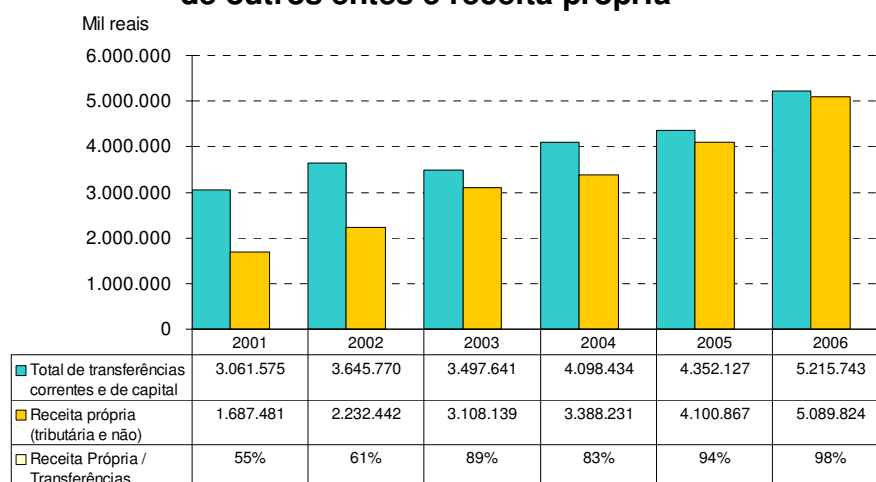


Caso somássemos as receitas de royalties ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2006, subiria para 78%.

Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira dos municípios em face de sua dependência das

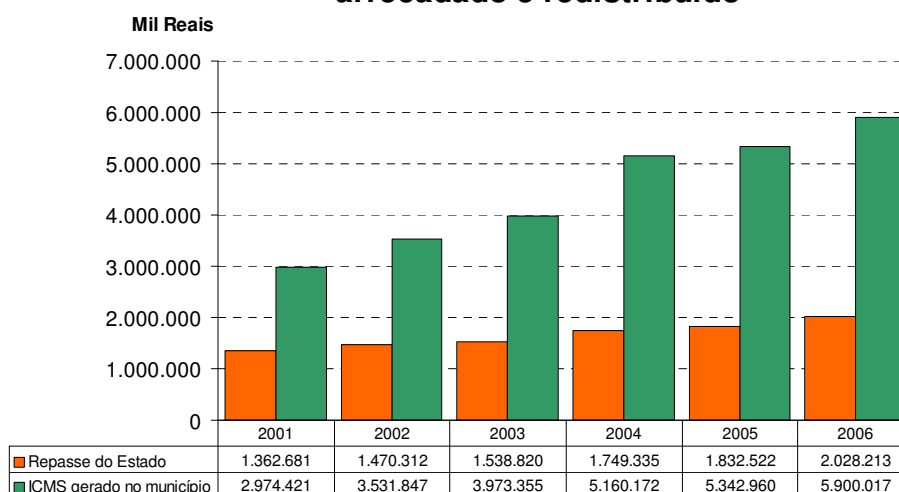
transferências e, mais recentemente, de *royalties* que, no gráfico seguinte, estão incluídos na receita própria propiciando melhora na relação Receita própria/Transferências.

Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria



Já com relação ao ICMS, arrecadado pelo Governo do Estado, verifica-se no gráfico a seguir o valor arrecadado nos municípios contra o repasse feito pelo Estado (excluída a parcela do FUNDEF), entre 2001 e 2006.

Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído

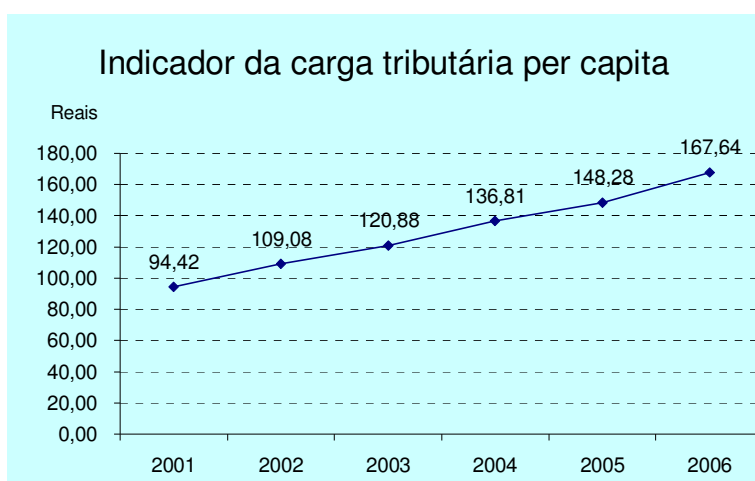


Indicador da carga tributária per capita

Receita tributária própria + Cobrança da dívida ativa
População dos municípios

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2006, cada habitante contribuiu para com os fiscos municipais em aproximadamente 168 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 78% no período.

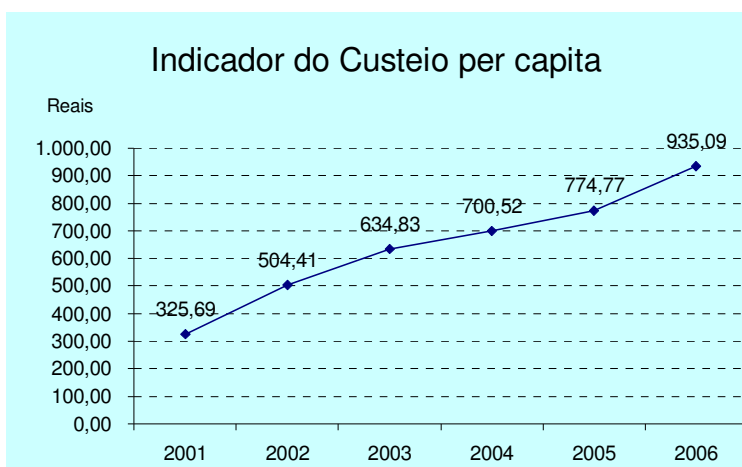


Indicador do custeio per capita

Despesas de custeio
População dos municípios

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso os municípios não dispusessem de outra fonte de geração de recursos contribuir com 935 reais em 2006. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 187% no período de 2001 a 2006.



Como já citado, os dados acima não levam em consideração as transferências operacionais (intragovernamentais) para a administração indireta até o ano 2001.

O maior custeio por habitante ocorre em Quissamã, cerca de R\$ 8.180,00, enquanto os menores estão concentrados nos populosos municípios da Região Metropolitana.

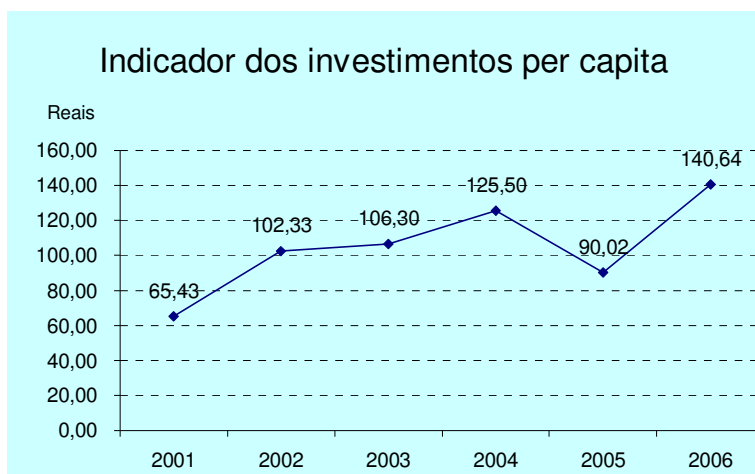
Indicador dos investimentos per capita

Investimentos
População dos municípios

Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Cada habitante recebeu das administrações públicas municipais, na forma de investimentos no exercício de 2006, o equivalente a 141 reais.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 167,64 (Indicador de carga tributária *per capita*), a quantia de R\$ 140,64 representaria praticamente que 84% dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornaram como investimentos públicos.

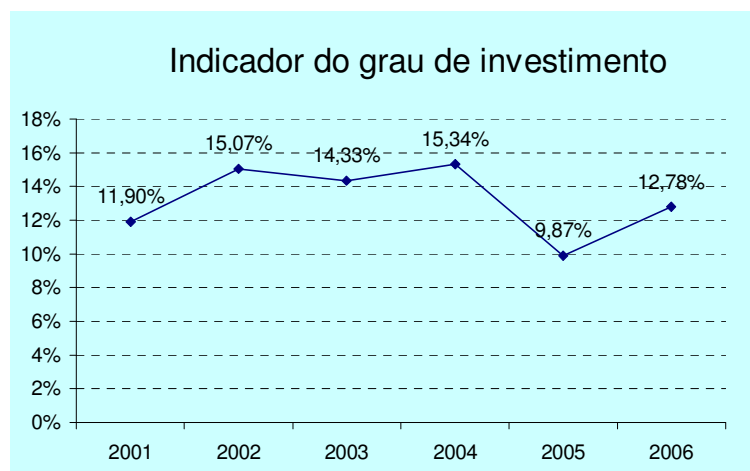


Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Itaguaí e Porto Real são os que mais investem por habitante. Um total de 20 municípios aplica menos de 50 reais *per capita*. Outros 27 deles estão na faixa seguinte até 100 reais.

Indicador do grau de investimento

Investimentos Receita total

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos. Os investimentos públicos municipais correspondem, a 12,78% da receita total. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio já compromete-se 86% das receitas correntes.



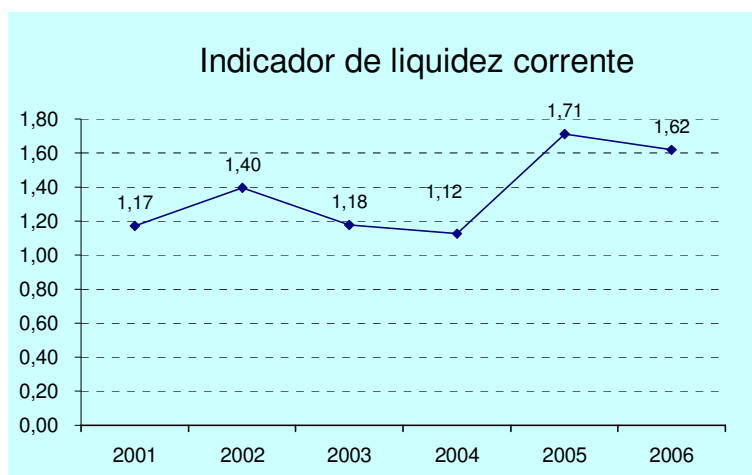
Acima da média apurada do grau de investimento em 2006 encontram-se apenas 27 municípios.

Indicador da liquidez corrente

Ativo financeiro
Passivo financeiro

Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

Em 2006, 59 municípios apresentaram liquidez corrente. O gráfico a seguir expressa a liquidez do conjunto dos municípios nos últimos seis anos, devendo ser considerada uma situação equilibrada aquela em que o índice for maior ou igual a 1.



Seguem nas tabelas anexas os comparativos do desempenho dos municípios em 2006.

Tabela 1 - Receitas de 2006 e sua variação nos últimos seis anos

Município	Receita Total em 2006 (R\$)	Ranking da receita realizada	Variação 2006/2001	Ranking do crescimento das receitas
Angra dos Reis	328.519.166	7	180%	9
Aperibé	17.789.252	84	97%	39
Araruama	87.817.452	25	70%	70
Areal	18.175.436	83	81%	57
Armação dos Búzios	106.114.425	23	152%	14
Arraial do Cabo	31.504.214	59	88%	47
Barra do Pirai	56.766.371	39	96%	41
Barra Mansa	171.018.269	13	78%	60
Belford Roxo	246.144.020	12	117%	30
Bom Jardim	24.887.638	67	70%	68
Bom Jesus do Itabapoana	33.654.613	58	64%	78
Cabo Frio	382.683.197	6	256%	2
Cachoeiras de Macacu	66.866.295	34	172%	10
Cambuci	21.367.718	76	48%	84
Campos dos Goytacazes	1.166.671.510	1	206%	6
Cantagalo	34.513.546	56	43%	85
Carapebus	53.720.267	41	104%	36
Cardoso Moreira	24.870.713	68	64%	79
Carmo	29.303.479	62	105%	35
Casimiro de Abreu	125.482.968	21	203%	7
Comendador Levy Gasparian	15.054.536	89	70%	69
Conceição de Macabu	23.726.090	73	56%	81
Cordeiro	23.939.754	72	110%	34
Duas Barras	18.548.913	82	71%	67
Duque de Caxias	772.206.749	2	101%	37
Engenheiro Paulo de Frontin	20.864.077	77	147%	17
Guapimirim	55.321.846	40	122%	28
Iguaba Grande	30.696.924	60	116%	31
Itaboraí	124.641.088	22	91%	44
Itaguaí	168.938.212	15	185%	8
Italva	19.471.191	79	67%	74
Itaocara	27.067.137	63	90%	45
Itaperuna	64.686.703	37	68%	72
Itatiaia	45.159.930	45	6%	91
Japeri	65.735.904	36	96%	40
Laje do Muriaé	15.571.929	87	66%	76
Macaé	742.652.516	3	223%	3
Macuco	13.884.583	91	70%	71
Magé	159.876.172	16	137%	21
Mangaratiba	87.865.132	24	152%	15
Maricá	83.823.785	26	150%	16
Mendes	24.382.723	69	162%	11
Mesquita	83.310.310	27	147%	18
Miguel Pereira	34.916.793	55	132%	23
Miracema	30.450.692	61	121%	29
Natividade	23.950.321	71	88%	48
Nilópolis	82.559.353	29	80%	58

(cont.)

Receitas de 2006 e sua variação nos últimos seis anos (cont.)

Município	Receita Total em 2006 (R\$)	Ranking da receita realizada	Variação 2006/2001	Ranking do crescimento das receitas
Niterói	702.200.466	4	156%	13
Nova Friburgo	136.428.668	19	77%	62
Nova Iguaçu	303.327.926	9	17%	90
Paracambi	41.257.394	50	159%	12
Paraíba do Sul	38.222.400	52	94%	43
Parati	48.877.970	43	139%	20
Paty do Alferes	36.333.395	54	127%	25
Petrópolis	284.212.686	11	75%	64
Pinheiral	22.756.374	74	85%	54
Piraí	77.662.609	30	86%	50
Porciúncula	26.671.739	64	126%	27
Porto Real	57.182.327	38	332%	1
Quatis	17.063.287	86	85%	52
Queimados	69.736.956	32	87%	49
Quissamã	135.813.679	20	95%	42
Resende	169.183.237	14	132%	24
Rio Bonito	68.073.765	33	145%	19
Rio Claro	24.216.603	70	77%	61
Rio das Flores	18.865.641	80	85%	53
Rio das Ostras	438.369.694	5	222%	4
Santa Maria Madalena	21.768.392	75	67%	75
Santo Antônio de Pádua	36.870.995	53	82%	56
São Fidélis	38.920.074	51	40%	86
São Francisco de Itabapoana	43.195.563	47	76%	63
São Gonçalo	317.232.701	8	79%	59
São João da Barra	83.291.814	28	127%	26
São João de Meriti	158.675.172	17	28%	89
São José de Ubá	14.641.956	90	73%	66
São José do Vale do Rio Preto	25.799.543	65	83%	55
São Pedro da Aldeia	65.859.293	35	113%	32
São Sebastião do Alto	18.625.283	81	86%	51
Sapucaia	19.952.801	78	66%	77
Saquarema	69.798.671	31	60%	80
Seropédica	51.566.367	42	88%	46
Silva Jardim	42.774.447	48	112%	33
Sumidouro	24.971.381	66	100%	38
Tanguá	33.684.238	57	135%	22
Teresópolis	155.795.760	18	74%	65
Trajano de Moraes	17.738.439	85	52%	82
Três Rios	46.455.431	44	49%	83
Valença	42.030.331	49	40%	87
Varre-Sai	15.505.665	88	67%	73
Vassouras	44.807.222	46	217%	5
Volta Redonda	286.800.911	10	30%	88

Tabela 2 - Despesas de 2006 e sua variação nos últimos seis anos

Município	Despesa Total em 2006 (R\$)	Ranking da despesa realizada	Variação 2006/2001	Ranking do crescimento das despesas
Angra dos Reis	330.238.236	7	181%	10
Aperibé	19.742.023	77	112%	30
Araruama	81.979.455	27	73%	67
Areal	18.308.353	81	80%	58
Armação dos Búzios	109.929.577	23	159%	16
Arraial do Cabo	31.819.017	58	94%	45
Barra do Piraí	58.271.548	38	110%	32
Barra Mansa	169.056.609	15	95%	42
Belford Roxo	240.746.502	12	112%	31
Bom Jardim	24.595.128	66	70%	72
Bom Jesus do Itabapoana	31.870.402	57	72%	70
Cabo Frio	384.291.944	6	263%	4
Cachoeiras de Macacu	69.063.867	33	210%	6
Cambuci	18.120.929	82	29%	88
Campos dos Goytacazes	1.116.672.219	1	215%	5
Cantagalo	35.676.696	53	53%	81
Carapebus	54.861.856	41	88%	51
Cardoso Moreira	23.187.697	67	73%	68
Carmo	27.970.873	62	105%	37
Casimiro de Abreu	126.962.195	21	205%	7
Comendador Levy Gasparian	14.948.030	90	71%	71
Conceição de Macabu	22.937.273	70	62%	76
Cordeiro	23.149.540	68	108%	36
Duas Barras	18.313.061	80	63%	75
Duque de Caxias	772.285.591	3	103%	38
Engenheiro Paulo de Frontin	19.181.238	79	133%	24
Guapimirim	57.842.906	40	132%	25
Iguaba Grande	30.073.617	60	138%	22
Itaboraí	122.428.636	22	100%	40
Itaguaí	166.642.477	16	179%	11
Italva	16.408.663	86	52%	83
Itaocara	26.698.647	63	94%	47
Itaperuna	66.734.178	36	77%	61
Itatiaia	44.933.875	46	18%	91
Japerí	68.269.286	34	84%	57
Laje do Muriaé	16.085.155	87	73%	69
Macaé	773.621.343	2	298%	3
Macuco	13.362.767	91	57%	80
Magé	185.124.588	13	205%	8
Mangaratiba	89.017.067	24	179%	12
Maricá	84.622.254	26	133%	23
Mendes	22.944.680	69	146%	19
Mesquita	77.809.657	29	174%	13
Miguel Pereira	33.819.055	55	108%	34
Miracema	29.765.856	61	123%	28
Natividade	22.605.596	73	95%	43
Nilópolis	88.941.735	25	95%	44

(cont.)

Despesas de 2006 e sua variação nos últimos seis anos (cont.)

Município	Despesa Total em 2006 (R\$)	Ranking da despesa realizada	Variação 2006/2001	Ranking do crescimento das despesas
Niterói	695.682.189	4	155%	17
Nova Friburgo	136.899.362	20	85%	54
Nova Iguaçu	294.535.720	10	18%	90
Paracambi	45.132.562	45	194%	9
Paraíba do Sul	35.310.052	54	48%	85
Parati	49.216.987	43	147%	18
Paty do Alferes	30.190.798	59	90%	49
Petrópolis	285.928.639	11	76%	64
Pinheiral	22.639.646	71	84%	56
Piraí	73.678.108	30	96%	41
Porciúncula	25.403.117	64	113%	29
Porto Real	58.143.666	39	322%	2
Quatis	17.134.108	85	74%	66
Queimados	69.675.106	32	109%	33
Quissamã	137.458.497	19	103%	39
Resende	174.138.424	14	140%	21
Rio Bonito	70.693.239	31	166%	14
Rio Claro	22.628.764	72	77%	60
Rio das Flores	19.258.994	78	78%	59
Rio das Ostras	497.711.878	5	444%	1
Santa Maria Madalena	21.985.359	74	60%	77
Santo Antônio de Pádua	37.428.134	52	86%	52
São Fidélis	38.284.395	51	67%	74
São Francisco de Itabapoana	44.228.910	47	90%	50
São Gonçalo	320.861.292	8	94%	46
São João da Barra	81.365.648	28	128%	27
São João de Meriti	155.226.280	18	23%	89
São José de Ubá	15.171.753	89	84%	55
São José do Vale do Rio Preto	25.037.705	65	76%	63
São Pedro da Aldeia	65.080.930	37	108%	35
São Sebastião do Alto	18.018.729	83	76%	62
Sapucaia	19.823.809	76	68%	73
Saquarema	68.096.742	35	60%	78
Seropédica	50.896.902	42	91%	48
Silva Jardim	40.548.482	50	146%	20
Sumidouro	21.780.769	75	74%	65
Tanguá	33.624.849	56	128%	26
Teresópolis	159.883.990	17	86%	53
Trajano de Moraes	17.470.662	84	51%	84
Três Rios	47.794.746	44	53%	82
Valença	42.909.765	48	38%	87
Varre-Sai	15.911.018	88	58%	79
Vassouras	41.905.501	49	166%	15
Volta Redonda	302.544.948	9	41%	86

Tabela 3 - Carga tributária per capita em 2006

Município	Carga tributária per capita em 2006 (R\$)	Ranking da carga tributária per capita	IPTU per capita em 2006 (R\$)	Ranking do IPTU per capita	ISS per capita em 2006 (R\$)	Ranking do ISS per capita
Angra dos Reis	351	8	108	6	201	6
Aperibé	24	86	6	84	10	87
Araruama	163	22	68	14	40	39
Areal	223	13	39	25	156	10
Armação dos Búzios	622	3	214	3	171	8
Arraial do Cabo	144	26	66	16	40	38
Barra do Pirai	82	40	21	48	37	42
Barra Mansa	113	32	31	31	73	21
Belford Roxo	39	76	10	73	21	61
Bom Jardim	65	51	9	78	32	47
Bom Jesus do Itabapoana	67	46	30	32	25	57
Cabo Frio	198	18	90	10	62	28
Cachoeiras de Macacu	67	47	15	61	35	44
Cambuci	38	77	16	59	17	68
Campos dos Goytacazes	101	34	27	39	61	29
Cantagalo	117	31	28	38	76	20
Carapebus	65	50	9	76	50	32
Cardoso Moreira	25	85	7	81	11	82
Carmo	38	79	9	79	22	60
Casimiro de Abreu	123	30	51	22	63	26
Comendador Levy Gasparian	156	23	9	77	139	13
Conceição de Macabu	42	74	11	70	16	71
Cordeiro	57	57	47	24	10	88
Duas Barras	48	65	10	74	27	54
Duque de Caxias	135	27	30	33	98	17
Engenheiro Paulo de Frontin	46	71	14	63	27	53
Guapimirim	98	35	26	41	56	30
Iguaba Grande	192	19	110	5	40	35
Itaboraí	47	67	19	52	17	69
Itaguaí	493	5	70	13	406	3
Italva	35	82	15	60	15	73
Itaocara	46	68	24	43	14	78
Itaperuna	77	43	29	35	34	45
Itatiaia	225	12	57	20	150	12
Japeri	27	84	3	90	20	62
Laje do Muriaé	21	87	3	88	14	76
Macaé	775	2	37	27	690	1
Macuco	89	37	32	28	40	37
Magé	75	44	24	45	39	40
Mangaratiba	814	1	242	2	445	2
Maricá	169	21	100	8	29	51
Mendes	55	59	7	83	23	59
Mesquita	46	69	19	53	18	66
Miguel Pereira	147	24	61	17	71	24
Miracema	37	81	9	80	10	86
Natividade	38	78	15	62	16	72
Nilópolis	85	39	29	36	25	58

(cont.)

Carga tributária per capita em 2006 (cont.)

Município	Carga tributária per capita em 2006 (R\$)	Ranking da carga tributária per capita	IPTU per capita em 2006 (R\$)	Ranking do IPTU per capita	ISS per capita em 2006 (R\$)	Ranking do ISS per capita
Niterói	517	4	255	1	157	9
Nova Friburgo	145	25	54	21	49	33
Nova Iguaçu	68	45	22	47	31	49
Paracambi	85	38	12	67	62	27
Paraíba do Sul	80	42	30	34	27	52
Parati	222	15	75	12	68	25
Paty do Alferes	58	56	31	30	11	81
Petrópolis	244	10	108	7	82	19
Pinheiral	45	72	11	69	30	50
Piraí	282	9	57	19	186	7
Porciúncula	51	63	27	40	12	80
Porto Real	206	17	25	42	152	11
Quatis	56	58	18	55	14	75
Queimados	42	73	11	71	27	55
Quissamã	133	28	21	49	109	16
Resende	177	20	47	23	117	15
Rio Bonito	396	7	24	44	333	4
Rio Claro	49	64	17	56	18	67
Rio das Flores	103	33	13	66	85	18
Rio das Ostras	423	6	94	9	254	5
Santa Maria Madalena	32	83	7	82	11	84
Santo Antônio de Pádua	60	54	32	29	14	74
São Fidélis	41	75	10	72	10	85
São Francisco de Itabapoana	37	80	11	68	13	79
São Gonçalo	66	49	23	46	26	56
São João da Barra	60	53	19	54	32	48
São João de Meriti	47	66	20	51	16	70
São José de Ubá	62	52	10	75	43	34
São José do Vale do Rio Preto	52	62	13	65	18	64
São Pedro da Aldeia	124	29	58	18	36	43
São Sebastião do Alto	15	91	3	89	7	91
Sapucaia	98	36	14	64	72	23
Saquarema	233	11	119	4	73	22
Seropédica	59	55	17	57	37	41
Silva Jardim	53	61	6	85	33	46
Sumidouro	16	89	2	91	9	90
Tanguá	54	60	17	58	18	65
Teresópolis	222	14	83	11	50	31
Trajano de Moraes	16	90	4	87	10	89
Três Rios	82	41	29	37	40	36
Valença	67	48	38	26	20	63
Varre-Sai	19	88	4	86	11	83
Vassouras	46	70	21	50	14	77
Volta Redonda	214	16	67	15	137	14

Tabela 4 - Custeio per capita e comprometimento em 2006

Município	Custeio per capita em 2006 (R\$)	Ranking do custeio per capita	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2006	Ranking do comprometimento
Angra dos Reis	1.947	15	82%	78
Aperibé	1.631	24	93%	22
Araruama	769	73	91%	42
Areal	1.527	29	83%	76
Armação dos Búzios	4.090	5	92%	32
Arraial do Cabo	1.079	47	90%	50
Barra do Pirai	532	83	81%	81
Barra Mansa	870	64	90%	49
Belford Roxo	434	87	97%	9
Bom Jardim	963	58	90%	48
Bom Jesus do Itabapoana	850	66	108%	1
Cabo Frio	1.851	18	85%	72
Cachoeiras de Macacu	1.094	46	89%	52
Cambuci	1.181	40	93%	29
Campos dos Goytacazes	2.216	12	80%	84
Cantagalo	1.558	28	88%	60
Carapebus	4.916	3	88%	63
Cardoso Moreira	1.644	23	91%	41
Carmo	1.674	22	87%	65
Casimiro de Abreu	3.848	6	92%	33
Comendador Levy Gasparian	1.586	26	72%	89
Conceição de Macabu	1.000	56	94%	21
Cordeiro	1.078	48	93%	28
Duas Barras	1.607	25	89%	57
Duque de Caxias	769	72	93%	25
Engenheiro Paulo de Frontin	1.222	39	93%	26
Guapimirim	1.006	54	74%	88
Iguaba Grande	1.256	37	92%	34
Itaboraí	467	84	81%	80
Itaguaí	1.245	38	91%	38
Italva	1.269	35	89%	55
Itaocara	1.043	51	95%	14
Itaperuna	678	76	85%	73
Itatiaia	1.273	34	88%	64
Japeri	608	80	90%	44
Laje do Muriaé	1.833	19	91%	40
Macaé	4.241	4	94%	19
Macuco	2.866	8	91%	39
Magé	618	79	93%	23
Mangaratiba	2.705	9	89%	58
Maricá	628	77	93%	24
Mendes	1.029	52	90%	45
Mesquita	389	88	99%	3
Miguel Pereira	1.120	45	86%	68
Miracema	915	60	100%	2
Natividade	1.380	30	71%	90
Nilópolis	463	85	98%	6

(cont.)

Custeio per capita e comprometimento em 2006 (cont.)

Município	Custeio per capita em 2006 (R\$)	Ranking do custeio per capita	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2006	Ranking do comprometimento
Niterói	1.360	31	82%	79
Nova Friburgo	694	75	90%	43
Nova Iguaçu	294	90	80%	83
Paracambi	778	71	94%	17
Paraíba do Sul	836	67	56%	91
Parati	1.125	44	88%	61
Paty do Alferes	948	59	86%	70
Petrópolis	825	68	89%	59
Pinheiral	906	63	88%	62
Piraí	2.605	11	93%	27
Porciúncula	1.264	36	97%	8
Porto Real	3.148	7	89%	51
Quatis	1.314	33	98%	5
Queimados	463	86	95%	15
Quissamã	8.180	1	86%	71
Resende	1.158	41	77%	86
Rio Bonito	1.151	43	87%	66
Rio Claro	1.156	42	75%	87
Rio das Flores	1.915	16	96%	11
Rio das Ostras	4.935	2	89%	54
Santa Maria Madalena	1.876	17	95%	13
Santo Antônio de Pádua	805	70	94%	20
São Fidélis	911	61	92%	31
São Francisco de Itabapoana	869	65	90%	46
São Gonçalo	292	91	97%	7
São João da Barra	2.620	10	95%	12
São João de Meriti	299	89	98%	4
São José de Ubá	1.961	14	80%	82
São José do Vale do Rio Preto	1.021	53	78%	85
São Pedro da Aldeia	759	74	89%	53
São Sebastião do Alto	1.979	13	91%	37
Sapucaia	965	57	83%	75
Saquarema	910	62	97%	10
Seropédica	621	78	95%	16
Silva Jardim	1.559	27	82%	77
Sumidouro	1.340	32	89%	56
Tanguá	814	69	94%	18
Teresópolis	1.006	55	90%	47
Trajano de Moraes	1.754	21	91%	35
Três Rios	560	82	87%	67
Valença	580	81	93%	30
Varre-Sai	1.791	20	83%	74
Vassouras	1.068	50	86%	69
Volta Redonda	1.078	49	91%	36

Tabela 5 - Investimento per capita e grau de investimento em 2006

Município	Investimento per capita em 2006 (R\$)	Ranking do investimento per capita	Grau de investimento em 2006	Ranking do grau de investimento
Angra dos Reis	305	14	13,4%	22
Aperibé	287	18	15,0%	16
Araruama	34	80	3,9%	75
Areal	76	56	4,7%	73
Armação dos Búzios	437	6	9,8%	41
Arraial do Cabo	83	53	7,0%	51
Barra do Pirai	66	59	11,1%	32
Barra Mansa	55	68	5,7%	63
Belford Roxo	55	67	11,0%	33
Bom Jardim	30	82	2,9%	82
Bom Jesus do Itabapoana	2	91	0,2%	91
Cabo Frio	448	5	19,4%	11
Cachoeiras de Macacu	137	35	11,2%	31
Cambuci	29	83	1,9%	88
Campos dos Goytacazes	359	9	13,2%	25
Cantagalo	107	43	6,4%	58
Carapebus	304	15	5,9%	62
Cardoso Moreira	202	28	10,1%	39
Carmo	52	71	2,8%	83
Casimiro de Abreu	691	2	14,9%	17
Comendador Levy Gasparian	91	48	5,2%	67
Conceição de Macabu	135	36	11,3%	30
Cordeiro	81	54	6,8%	54
Duas Barras	64	60	3,7%	78
Duque de Caxias	134	38	14,8%	18
Engenheiro Paulo de Frontin	338	10	19,8%	9
Guapimirim	272	19	22,2%	7
Iguaba Grande	205	27	13,5%	21
Itaboraí	87	51	15,4%	15
Itaguaí	481	4	27,3%	2
Italva	42	76	2,7%	84
Itaocara	83	52	7,1%	49
Itaperuna	27	85	3,9%	76
Itatiaia	152	32	10,5%	36
Japeri	88	50	12,9%	27
Laje do Muriaé	93	45	4,9%	71
Macaé	313	12	6,8%	53
Macuco	168	29	5,3%	65
Magé	161	31	23,9%	5
Mangaratiba	212	26	7,3%	48
Maricá	213	25	25,1%	4
Mendes	246	20	18,0%	12
Mesquita	16	89	3,6%	79
Miguel Pereira	102	44	7,9%	46
Miracema	92	47	8,6%	43
Natividade	48	74	3,1%	81
Nilópolis	107	42	19,5%	10

(cont.)

Investimento per capita e grau de investimento em 2006 (cont.)

Município	Investimento per capita em 2006 (R\$)	Ranking do investimento per capita	Grau de investimento em 2006	Ranking do grau de investimento
Niterói	76	55	5,2%	68
Nova Friburgo	53	69	7,0%	52
Nova Iguaçu	48	73	13,3%	23
Paracambi	224	23	23,6%	6
Paraíba do Sul	17	88	1,8%	89
Parati	321	11	22,1%	8
Paty do Alferes	130	39	9,9%	40
Petrópolis	73	57	7,9%	45
Pinheiral	66	58	6,7%	55
Piraí	391	7	12,3%	28
Porciúncula	232	21	14,8%	19
Porto Real	605	3	16,2%	13
Quatis	92	46	6,6%	57
Queimados	38	79	7,6%	47
Quissamã	381	8	4,5%	74
Resende	228	22	16,1%	14
Rio Bonito	166	30	13,0%	26
Rio Claro	89	49	6,7%	56
Rio das Flores	309	13	13,9%	20
Rio das Ostras	5.045	1	57,4%	1
Santa Maria Madalena	223	24	10,4%	37
Santo Antônio de Pádua	52	70	6,1%	61
São Fidélis	50	72	4,9%	70
São Francisco de Itabapoana	59	64	6,4%	59
São Gonçalo	33	81	10,2%	38
São João da Barra	143	34	4,9%	69
São João de Meriti	28	84	8,1%	44
São José de Ubá	289	17	13,3%	24
São José do Vale do Rio Preto	128	41	10,6%	35
São Pedro da Aldeia	41	78	4,9%	72
São Sebastião do Alto	47	75	2,2%	87
Sapucaia	59	63	5,5%	64
Saquarema	134	37	12,2%	29
Seropédica	41	77	6,1%	60
Silva Jardim	128	40	7,1%	50
Sumidouro	63	61	3,8%	77
Tanguá	294	16	26,3%	3
Teresópolis	24	87	2,3%	86
Trajano de Moraes	24	86	1,3%	90
Três Rios	58	65	9,5%	42
Valença	16	90	2,7%	85
Varre-Sai	62	62	3,4%	80
Vassouras	143	33	10,7%	34
Volta Redonda	58	66	5,2%	66

Tabela 6 – Royalties e dependência de transferências em 2006

Município	Royalties recebidos em 2006 (R\$)	Ranking dos royalties recebidos	Dependência de transferências e royalties em 2006	Royalties/ Receita Total em 2006	Royalties per capita em 2006 (R\$)	Ranking dos royalties per capita
Angra dos Reis	37.782.812	11	76%	12%	262	36
Aperibé	3.365.750	78	85%	19%	363	24
Araruama	7.135.284	39	69%	8%	71	63
Areal	533.035	90	79%	3%	48	74
Armação dos Búzios	57.131.017	7	79%	54%	2.393	6
Arraial do Cabo	5.329.898	53	74%	17%	199	45
Barra do Pirai	1.214.059	81	67%	2%	13	90
Barra Mansa	9.477.746	26	68%	6%	54	70
Belford Roxo	10.349.012	25	82%	4%	21	85
Bom Jardim	5.008.383	56	90%	20%	207	44
Bom Jesus do Itabapoana	5.630.518	51	87%	17%	154	49
Cabo Frio	221.643.133	4	85%	58%	1.338	9
Cachoeiras de Macacu	16.199.707	16	83%	24%	296	30
Cambuci	4.504.081	61	92%	21%	313	28
Campos dos Goytacazes	856.084.350	1	91%	73%	1.992	7
Cantagalo	5.561.742	52	91%	16%	266	35
Carapebus	33.921.226	12	96%	63%	3.265	3
Cardoso Moreira	4.297.658	67	83%	17%	345	25
Carmo	4.690.822	60	92%	16%	296	31
Casimiro de Abreu	85.518.612	6	95%	68%	3.170	4
Comendador Levy Gasparian	516.196	91	88%	3%	60	66
Conceição de Macabu	4.787.685	58	91%	20%	241	39
Cordeiro	4.299.584	66	87%	18%	215	43
Duas Barras	4.095.761	71	94%	22%	384	22
Duque de Caxias	43.829.094	10	79%	6%	51	72
Engenheiro Paulo de Frontin	6.570.594	42	95%	31%	537	14
Guapimirim	18.277.381	14	83%	33%	404	20
Iguaba Grande	4.390.964	64	79%	14%	218	41
Itaboraí	8.579.152	30	77%	7%	39	78
Itaguaí	10.590.311	23	64%	6%	111	57
Italva	4.196.204	69	89%	22%	335	26
Itaocara	4.973.014	57	90%	18%	216	42
Itaperuna	7.472.500	38	82%	12%	80	62
Itatiaia	1.443.366	80	75%	3%	46	75
Japerí	13.691.798	19	91%	21%	142	51
Laje do Muriaé	3.806.683	75	92%	24%	462	15
Macaé	420.935.856	2	81%	57%	2.619	5
Macuco	3.818.473	73	95%	28%	867	10
Magé	22.467.181	13	79%	14%	95	59
Mangaratiba	17.081.159	15	66%	19%	568	12
Maricá	6.799.354	41	64%	8%	69	64
Mendes	7.052.879	40	90%	29%	396	21
Mesquita	7.906.923	33	82%	9%	43	77
Miguel Pereira	7.670.221	36	79%	22%	282	33
Miracema	5.106.543	54	84%	17%	179	47
Natividade	4.428.628	63	84%	18%	286	32
Nilópolis	7.842.864	34	77%	9%	52	71

(cont.)

Tabela 6 – Royalties e dependência de transferências em 2006 (cont.)

Município	Royalties recebidos em 2006 (R\$)	Ranking dos royalties recebidos	Dependência de transferências e royalties em 2006	Royalties/ Receita Total em 2006	Royalties per capita em 2006 (R\$)	Ranking dos royalties per capita
Niterói	56.485.537	8	47%	8%	119	55
Nova Friburgo	9.008.357	28	65%	7%	51	73
Nova Iguaçu	11.628.668	21	71%	4%	14	89
Paracambi	5.850.331	50	86%	14%	135	54
Paraíba do Sul	869.843	84	83%	2%	22	84
Parati	11.030.542	22	75%	23%	327	27
Paty do Alferes	7.708.795	35	78%	21%	278	34
Petrópolis	10.410.660	24	64%	4%	34	81
Pinheiral	563.165	88	87%	2%	24	83
Piraí	9.029.109	27	74%	12%	371	23
Porciúncula	4.106.589	70	85%	15%	242	38
Porto Real	2.758.468	79	92%	5%	180	46
Quatis	553.072	89	89%	3%	45	76
Queimados	7.508.943	37	85%	11%	54	69
Quissamã	87.425.191	5	96%	64%	5.449	2
Resende	3.543.975	77	68%	2%	30	82
Rio Bonito	5.988.075	47	60%	9%	113	56
Rio Claro	650.789	86	85%	3%	36	80
Rio das Flores	575.145	87	91%	3%	68	65
Rio das Ostras	320.689.816	3	85%	73%	6.431	1
Santa Maria Madalena	4.324.818	65	97%	20%	424	19
Santo Antônio de Pádua	5.872.437	49	85%	16%	138	53
São Fidélis	5.900.668	48	83%	15%	154	50
São Francisco de Itabapoana	6.456.593	44	92%	15%	138	52
São Gonçalo	12.292.390	20	64%	4%	13	91
São João da Barra	55.671.846	9	96%	67%	1.935	8
São João de Meriti	8.983.502	29	71%	6%	19	86
São José de Ubá	3.813.757	74	96%	26%	566	13
São José do Vale do Rio Preto	4.752.654	59	93%	18%	222	40
São Pedro da Aldeia	6.332.022	45	74%	10%	80	61
São Sebastião do Alto	3.963.156	72	92%	21%	450	17
Sapucaia	671.630	85	87%	3%	36	79
Saquarema	6.096.839	46	67%	9%	96	58
Seropédica	6.492.108	43	88%	13%	85	60
Silva Jardim	15.716.988	17	90%	37%	667	11
Sumidouro	4.497.134	62	88%	18%	299	29
Tanguá	5.071.163	55	91%	15%	168	48
Teresópolis	8.266.270	32	71%	5%	55	68
Trajano de Moraes	4.208.941	68	99%	24%	439	18
Três Rios	1.102.898	83	80%	2%	14	88
Valença	1.159.277	82	81%	3%	16	87
Varre-Sai	3.794.893	76	96%	24%	452	16
Vassouras	8.306.798	31	88%	19%	248	37
Volta Redonda	15.305.230	18	72%	5%	59	67